



Maria Eunice (à direita), em casa com 2 de suas filhas

**RUBENS PAIVA-MÁRIO ALVES**

# FAMÍLIAS ACUSAM ASSASSINATOS POLÍTICOS

Maria Eunice Paiva, viúva do ex-deputado Rubens Paiva, preso em 1971 e desde então “desaparecido”, conta agora tudo o que pode descobrir sobre o destino de seu marido. Ela não tem dúvida de que Rubens foi morto sob torturas e acredita que foi enterrado como indigente no cemitério do Caju, no Rio. Também Dilma Alves, mulher de Mário Alves—dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) — preso e morto em 1970, descreve em detalhes os dias de agonia vividos por seu companheiro nas mãos dos órgãos de segurança. Tais denúncias, que não vieram à público na ocasião dos fatos, por força da rigorosa censura à imprensa, somente agora começam a ser divulgadas. Assassinatos políticos no Brasil: Págs. 6 e 7.

## Médicos e Servidores. Ousar Lutar!

(Pág. 5)

**PARANAGUÁ**

### Portuários sem emprego até pagam pra trabalhar

(Pág. 12)

### Os metalúrgicos vêm o saldo de suas eleições

As eleições metalúrgicas em três centros industriais foram o assunto da semana na área sindical. Em São Paulo, o delegado regional do trabalho, Vinícius Ferraz Torres, resolveu considerar como válido o que antes já havia sido definido como fraude eleitoral pelo procurador Oswaldo Preus, do Ministério do Trabalho. Em Belo Horizonte e Campinas (SP), as chapas de Oposição Sindical começaram a fazer o balanço dos resultados eleitorais que deram vitória às chapas da situação. Um saldo positivo já é visível: o crescimento da penetração das lideranças comprometidas com a defesa dos interesses dos trabalhadores. (Pág. 3)

### Promete-se um arrocho contra velhos pelegos

Há expectativa em torno do congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria — CNTI —, que começa nos próximos dias, no Rio de Janeiro. A nova safra de dirigentes sindicais promete balançar o coreto da velha linhagem de pelegos, como Ari Campista, o presidente da entidade, entrevistado na pág. 4.

### Teatro Infantil exige autonomia

(Pág. 8)

### Os dissidentes soviéticos. Quem?

(Pág. 10)



# TORTURAS "De Fato" denuncia

O jornal mineiro DE FATO em sua edição de julho, sob o número 24, publica em primeira mão no país documento de denúncia de torturas elaborado por presos políticos mineiros, em dezembro de 1969. A abertura da matéria publicada diz o seguinte: "Na lista de torturadores figuram vários delegados de polícia de Minas Gerais e alguns oficiais do Exército. Entre eles, denunciado como mandante de torturas, está o general Octávio Aguiar de Medeiros, comandante do CPOR de Belo Horizonte em 1969, e presidente do IPM (atualmente ele é general e Ministro de Estado no governo Geisel, ocupando o posto de chefe do Serviço Nacional de Informações, o SNI, em substituição ao general João Batista de Figueiredo); 2. Tenente-Coronel Ary. Citados pelos autores do documento como executores diretos de torturas em Belo Horizonte: 3. Delegado Luiz Soares da Rocha (MG); 4. Delegado Lara Resende (MG); 5. Delegado Mário Cândido da Rocha (MG); 6. Delegado Thacir Meneses Sia (MG); 7. Escrivão de polícia Ariovaldo Horta (atualmente delegado do Departamento de Vigilância Social/DVS, ex DOPS, MG); 8. Investigador Scoralick (DVS-MG); 9. José do Carmo (DVS-MG); 10. Joel (DVS-MG); 11. Márcio (DVS-MG); 12. José Aparecido (DVS-MG); 13. Anésio (DVS-MG); 14. Geraldo (DVS-MG); 15. Vander

(DVS-MG); 16. Bicalho (DVS-MG); 17. Rodrigo (policial); 18. Capitão do Exército Gomes Carneiro; 19. Hayda Saraiva (Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte); 19. José Maria (DFR); 21. Pionero (DFR); 22. Capitão do Exército Almeida; 23. Capitão do Exército Portela; 24. Tenente R-2 do Exército Delmenezzi; 25. Sargento Cleber; 26. Sargento Averno; 27. Vicente (policial); 28. Afonso Paulino; 29. Cabo Aires. Citados pelos autores do documento como executores diretos de torturas no quartel de Polícia do Exército, no Rio: 30. Major Enio Albuquerque de Lacerda (comandante da PE, na época); 31. Capitão de Cavalaria João Luiz; 32. Tenente Haylton; 33. Sargento Oliveira; 34. Sargento Montes; 35. Cabo Mendonça; 36. Cabo Pavorelli; 37. Sargento Andrade; 38. Soldado Marcolino; 39. Sargento Rangel; 40. Sargento Rossoni; 41. Sargento Rosa; 42. Capitão Guimarães.

(Pelotas de Investigações Criminais), posto avançado do CODI-DOI (e eu estive preso em vários governos, em todos os regimes, como Polícia do Exército e depois como CODI-DOI, embora nunca tenha sido torturado), o Ministro do Exército viu muita gente presa, muita gente torturada. Mas não tomou nenhuma providência, (pois só fora ali para socorrer a protegida de um amigo que não tinha nenhuma culpa, fora presa por arbitrariedade) não se interessou em acabar com aquela mácula que feria toda uma tradição, que contrariava todo um destino e toda uma existência. Pelo contrário, foi ainda no governo Médici e com ele (general Orlando Geisel, N.R.) o Ministério do Exército que uma dependência da Polícia do Exército se transformou no terrível CODI-DOI. Com a cumplicidade do Ministro, ou no mínimo com a sua omissão. Mas certamente com o seu conhecimento, pois o Ministro estivera lá dentro, vira pessoalmente como funcionava aquele inferno." (M.G.)



# GERAIS

# Dando força aos patrões

Reunidos durante dois dias no Rio de Janeiro no IV encontro nacional dos exportadores, mais de mil empresários, o presidente da república, sete ministros e outros funcionários de segundo escalão consolidaram um acordo entre eles, que assegurou a continuidade e com maior ênfase - do chamado modelo exportador de "desenvolvimento". Mas que "desenvolvimento" é esse que sacrifica toda a sociedade, explora os operários com salários aviltantes para realizar o chamado esforço de exportação, que empresários e governo avocam para si as

mo habitações que a maioria da população não pode comprar, porque acabam sendo a preços caros e o BNH exige uma rede familiar muito distante da realidade salarial da maioria do povo. E sobre essas habitações sim, incidem a correção monetária e juros, que anualmente fazem crescer progressivamente a prestação da casa. Mas não é só crédito de graça que o governo dá as empresas exportadoras. Dá isenção de impostos e mais ainda: o valor dos impostos que elas não pagaram, recebem do governo em forma de crédito (é o chamado "crédito-premio" de IPI e ICM). Ou seja, elas não pagam e ainda recebem de volta o que não pagaram. Enquanto isso, a população paga enorme quantidade de impostos diretos (esgoto, luz, água, taxa de previdência, imposto de renda, etc.) e outros indiretos, que estão inseridos no preço final de todos os bens essenciais como comida, roupa e sapato. Essa diferenciação de tratamento faz com que ocorram distorções que privilegiam os produtos de exportação. Por exemplo, o mesmo carro que para o brasileiro custa Cr\$ 80 mil sai exportado a um custo de Cr\$ 30 mil. E assim, sucessivamente para todos os produtos industrializados, inclusive roupas e calçados.

# Bancários na luta sindical em Salvador

O delegado regional do Trabalho, Ivanilson Trindade e o presidente do Sindicato dos Bancários de Salvador, Eraldo Paim têm um prazo de até segunda-feira (dia 24) para responderem ao ofício encaminhado pelo juiz da 1ª Vara da Justiça Federal, Aluisio Palmeira Lima que solicitou o original, ou cópia autenticada, da ata que registrou o processo eleitoral daquela entidade sindical, no período de 26 a 30 de junho passado. Com este documento, o juiz poderá anular não só o resultado do primeiro pleito, como também o do segundo, convocado pela direção do sindicato e realizado no período de 11 a 14 passado.

O pedido de anulação da primeira eleição para a nova diretoria do Sindicato dos Bancários foi feito pelos componentes da chapa três, de oposição, através do seu advogado Adelmo Oliveira. O argumento básico para o pedido é o de que o Procurador da Justiça do Trabalho, Virgílio de Sena Paim, pro-

# "Tribuna" denuncia

Hélio Fernandes, diretor da Tribuna da Imprensa, que ficou quase 10 anos sob censura prévia no país, publica há 26 dias a série de artigos chamada 10 Anos de Censura. Alguns desses artigos têm assumido inequivocamente o caráter de documento-denúncia, dada a importância do que noticiam. É o caso, por exemplo, do número 23 da série, chamado O despertar do país já sob o AI-5, publicado na Tribuna no dia 1º de julho, terça-feira, na página 5. Nele, Hélio Fernandes escreve o seguinte: "...Este repórter, diretor do jornal, jornalista dos mais conhecidos, foi preso ainda no dia 13 de dezembro quando o AI-5 mal saíra do "forno", ainda quentinho, e seu próprio jornal foi proibido de noticiar essa violência. Assim como essa violência, outras não puderam ser documentadas nem trazidas a público. O único jornal diário que não tinha medo da notícia, estava estrangulado. Os outros, docemente constrangidos, faziam o que seu mestre mandava..."

"Ainda não haviam surgido os semanários políticos, depois chamados de alternativos, que tanta importância exerceriam durante um período. Também é verdade que o regime de terror representado pela tortura estava apenas desabrochando, iria conhecer o seu período áureo no governo Médici, com o liberal Leito de Abreu na Chefia da Casa Civil, com o liberal aristocrata Orlando Geisel no Ministério do Exército, com o indefinido João Figueiredo na Chefia da Casa Militar, com o conivente e omissor Carlos Alberto Fontoura na Chefia do SNI. Todos esses homens estavam ausentes de tudo, não sabiam de nada, desconheciam completamente que brasileiros torturavam barbaramente brasileiros? Ou mais grave ainda: sabiam de tudo, se omitiam deliberadamente, deixavam que o sangue da juventude manchasse para sempre a consciência nacional? No último parágrafo Hélio Fernandes escreve o seguinte: (...) "Na sua incursão pela Polícia do Exército, que logo se transformou em PIC

(Pelotas de Investigações Criminais), posto avançado do CODI-DOI (e eu estive preso em vários governos, em todos os regimes, como Polícia do Exército e depois como CODI-DOI, embora nunca tenha sido torturado), o Ministro do Exército viu muita gente presa, muita gente torturada. Mas não tomou nenhuma providência, (pois só fora ali para socorrer a protegida de um amigo que não tinha nenhuma culpa, fora presa por arbitrariedade) não se interessou em acabar com aquela mácula que feria toda uma tradição, que contrariava todo um destino e toda uma existência. Pelo contrário, foi ainda no governo Médici e com ele (general Orlando Geisel, N.R.) o Ministério do Exército que uma dependência da Polícia do Exército se transformou no terrível CODI-DOI. Com a cumplicidade do Ministro, ou no mínimo com a sua omissão. Mas certamente com o seu conhecimento, pois o Ministro estivera lá dentro, vira pessoalmente como funcionava aquele inferno." (M.G.)

# A briga pela água

Uma assembleia popular reuniu 1.500 pessoas no Jardim Romano - Itaim Paulista, no último dia 9, para exigir do governo estadual a ligação de água encanada. Tudo começou há dois meses quando as obras de instalação de um terminal da FEPASA para depósito de minérios da USIMINAS, a fim de garantir seus alicerces, drenou o solo vizinho de todo o bairro, provocando o secamento dos seus poços e fossas à água drenada era restituída à população, a algumas centenas de metros da área habitada, por uma bica de onde jorrava essa mistura de água de poço e fossa altamente contaminada, como constataram médicos que visitaram o local.

encanada, um direito que passou a reconhecer através de sucessivas reuniões e discussões. Frente às propostas que assumia a mobilização popular a SABESP procurou adiantar-se mandando iniciar as obras, na véspera da assembleia, exatamente na rua escolhida para essa concentração, numa tentativa frustrada de esvaziá-la. Na assembleia, D. Angélico S. Bernardino, bispo da Região Leste II, foi um dos primeiros a declarar: "O povo da periferia é um povo esquecido apesar de ser ele quem constrói esta grande cidade. Seguiram-se numerosos depoimentos de pessoas vítimas da seca e não faltaram as que denunciavam doenças provocadas pela água contaminada. Para finalizar, um engenheiro da SABESP, apontando para as obras iniciadas às pressas no dia anterior, tentava dar provas de sua preocupação com os problemas do povo, quando foi interrompido por um côro que gritava: - "Água! Água! Água!"

# Greve no Rio

As greves operárias por 20% restritas até pouco tempo atrás à região industrial da Grande São Paulo e adjacências dá indícios de que tendem a romper as fronteiras do Estado. Os seis mil trabalhadores da Metalúrgica Barbárá, localizada em Barra Mansa, no Rio de Janeiro, entraram em greve na quarta-feira, assinalando a primeira paralisação de peso nesse estado depois da onda grevista paulista. O movimento declara-se solidário à luta da Metalúrgica Barbárá de São Paulo, onde 400 operários entraram em greve há algum tempo atrás e foram os primeiros a incluir na pauta de negocia-

ções a estabilidade de 2 anos para a comissão interna, reivindicação que depois atingiu outras fábricas, como a Kibon, onde os trabalhadores encaminharam idêntica proposta. A comissão interna da Barbárá de São Paulo teve importante papel na denúncia e mobilização dos trabalhadores diante da demissão de um dos líderes da greve, Cleidon Silva, o primeiro atingido pela onda de dispensas de operários combativos que se acentuou nas últimas semanas em São Paulo e foi denunciada pela Chapa-3, de oposição. (Carlos Moreira)

# Repressão a "Em Tempo"

A II Mostra de Teatro Independente do Rio de Janeiro que deveria ter se realizado na cidade de Volta Redonda, dia 14 de julho, acabou suspensa. No dia da abertura da mostra, pouco antes de iniciar-se o primeiro espetáculo, o presidente da Fundação Educacional local, Gesse Holanda, proibiu a venda do EM TEMPO, que se fazia nas imediações. Não só proibiu a venda como determinou que todos os exemplares vendidos fossem recolhidos. E ainda por cima pretendeu que a Federação de Teatro Independente ficasse responsável pelos atos de todos os presentes dentro e fora dos locais da apresentação e debates. A recusa da diretoria da Federação e seu repúdio

quanto ao ato de apreensão do EM TEMPO levaram a que o tal Gesse Holanda cancelasse o primeiro espetáculo programado, "Maria e seus 5 filhos", do Grupo DIA-A-DIA. Na assembleia convocada pela Federação decidiu-se suspender a Mostra, por falta de garantias contra medidas policiais e repressivas deste calibre, e que todos sabiam poderiam se repetir ainda. Agora a Mostra vai se realizar no Rio mesmo, no prédio da antiga UNE (Fac. Isoladas do RJ), entre 23 e 31 de julho, constando de espetáculos e debates sobre a regulamentação da profissão e liberdade de expressão; também se fará a leitura de peças censuradas e grupos apresentarão esquetes sobre anistia; etc.

# Repressão a "Em Tempo"

quanto ao ato de apreensão do EM TEMPO levaram a que o tal Gesse Holanda cancelasse o primeiro espetáculo programado, "Maria e seus 5 filhos", do Grupo DIA-A-DIA. Na assembleia convocada pela Federação decidiu-se suspender a Mostra, por falta de garantias contra medidas policiais e repressivas deste calibre, e que todos sabiam poderiam se repetir ainda. Agora a Mostra vai se realizar no Rio mesmo, no prédio da antiga UNE (Fac. Isoladas do RJ), entre 23 e 31 de julho, constando de espetáculos e debates sobre a regulamentação da profissão e liberdade de expressão; também se fará a leitura de peças censuradas e grupos apresentarão esquetes sobre anistia; etc.

quanto ao ato de apreensão do EM TEMPO levaram a que o tal Gesse Holanda cancelasse o primeiro espetáculo programado, "Maria e seus 5 filhos", do Grupo DIA-A-DIA. Na assembleia convocada pela Federação decidiu-se suspender a Mostra, por falta de garantias contra medidas policiais e repressivas deste calibre, e que todos sabiam poderiam se repetir ainda. Agora a Mostra vai se realizar no Rio mesmo, no prédio da antiga UNE (Fac. Isoladas do RJ), entre 23 e 31 de julho, constando de espetáculos e debates sobre a regulamentação da profissão e liberdade de expressão; também se fará a leitura de peças censuradas e grupos apresentarão esquetes sobre anistia; etc.

# Sem escândalos

Um revelador conceito de escândalo está em vias de ser consagrado no Brasil. A partir de agosto o Tribunal de Contas da União (T.C.U.) apreciará em sessão secreta as prestações de contas das principais empresas públicas e de economia mista. Só o julgamento final será aberto ao público. Mesmo assim os chamados "Grandes Julgamentos", antes de serem liberados, passarão por um pente-fino ou limpeza dos fatos polêmicos, para se evitar que venham a público irregularidades do tipo das que se verificaram no DNER

com a construção da ponte Rio - Niterói. O sentido, segundo o Ministro Gilberto Pessoa, ex-chefe do SNI em MG é claro. "evitar manchetes escandalosas". Traduzida em miudos essa decisão consiste em ter como escândalo não a corrupção administrativa financeira que sabidamente grassa nas empresas públicas de economia mista & congêneres, mas o fato de o público vir a tomar conhecimento dela através das notícias da imprensa (Sandra Starling).

# CLASSIFICADO

Fotografe as transformações sociais pela ótica de uma Asahi Pentax SP II - Lente normal Tudo isso por apenas 4 mil cruzeiros negociáveis. Tel. 853-6680 ou 280-4759, com Ennio.

Assine EM TEMPO! Nome ..... Profissão ..... Idade ..... Endereço ..... Bairro ..... Fone ..... Cidade ..... Estado ..... CEP ..... End. Comercial ..... Horário ..... Fone ..... Estou enviando o cheque nº ..... do Banco ..... em nome da Editora Aparte S/A Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Mathieu Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680. Anual Cr\$ 500,00 Semestral Cr\$ 250,00

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Bernardo Kuzniski, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehi, Rauli Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini. DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr. Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente). Secretário de Redação: Carlos Moreira. Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges. Editor-Geral: Jorge Batista. EDITORIAS: Internacional: Carlos Tibúrcio (editor) Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (Sub-editores), Altair Moreira, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Velga, Maria Cristina Ptau, Marion Frank; Nacional: Antonio Espinosa, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Flávia Resende, Geraldo Nascimento, José Luiz, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio. Cultura: José Arrabal, Maria Rita Kehi e Sérgio Squilanti. Aguardado

Meyer, Arnaldo Xavier, Claudio Camargo, Edmur Gomes, Ethel Leon, Fátima Diniz, Flávio Aguiar, Gilberto Morgado, Nadine Habert, Paulo Nassar, Sérgio Alli. Arte: João Bosco L. Brandão, Sérgio L. Papi (diagramação) Beto Maringoni, Dulo Bicalho, Zezo (ilustração); Ennio Brauns F., João Roberto Martins F., Nils Andréas (fotos). REVISTA: Alfredo Maria Camilo de Souza, Rubens Adorno. ARQUIVO-PESQUISA: Luis Gabriel de Pieri, J. Maura Marinho, Maria Quinteiro, Silvestre Prado. SUCURSAIS: Brasília (S.C.S. - Edifício Maristela, s/1103): Marco Antonio, Marina Juarez, Rita de Cássia Recife (R. Anibal Fação, 127 - Fraças); Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo (coordenação); Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scarlut, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). Belo Horizonte (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flávio Andrade, Haroldo Quintão. João Antonio de Paulo, João Machado, Lélcio Santos, Malzê Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan, Virginia Pinheiro (redação). Mariza

Araújo (administração). Curitiba (R. José Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá): Paulo Sá Brito, Reinaldo Atem. Porto Alegre (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20): Ana Barcos Pinto, Gerson Schirmer, Jandira César, Jorge Garcez, Letânia Menezes, Marcelo Matte, Marcelo Lopes, Paulo Fogaca, Rejane Fernandes, Salvador (Av. 7 de Setembro, 222 - s/501): Ademir Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria, Rio de Janeiro (R. da Lapa, 200 - s/408): Aduato Novaes, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Baia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Concaves, Lais Meirelles, Lúcia Bahia, Luiz Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Arão Reis, Margarida Auroran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga; Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas. ESCRITÓRIOS: Aracaju (SE): David Dantas, Campinais (SP): Fátima Barbosa, João Roberto Martins F., Fainaldo Barro, Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araujo (redação), Daniel Santos, José Saravia

Jr., Vinício Araújo (administração e distribuição), João Pessoa (PB): Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manuel Campus. Natal (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis. Administração São Paulo: Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Edvaldo Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcia Ramos de Souza (São Paulo); Arnaldo Alonso Barbosa (Belo Horizonte) Adelmo Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres. EM TEMPO uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte) Redação: Rua Mathieu Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP. 05415 - Telefone: 8536680. Pinheiros - Composto e impresso nas oficinas da PAT - Publicação e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Telefone 8537461. Distribuição: Fernando Chingaglia Distribuidora S/A, Rua Teodoro da Silva, 907 (RJ) - Telefone: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.



Plínio Arruda responde a Brizola

# NOVOS PARTIDOS. QUEM DÁ MAIS?

“... um novo partido deve ser um partido de quadros militantes, de elementos ativos, que têm deveres a cumprir, mas que sobretudo têm direitos de interferência política direta nas deliberações partidárias”.

MDB e Arena já deram o que tinham de dar. O partidão do governo, surrado eleitoralmente e cortado por suas dissidências, hoje não passa de um elefante branco que o regime já não se dispõe a sustentar enquanto braço político do autoritarismo. E o sacco-de-gatos do MDB? Este, se chegou a ser feitiço contra o feitiço, façanha que deverá repetir ainda no próximo novembro, funcionando como canal de protesto contra as próprias forças que o criaram, também já não se segura mais em tamanha diversidade.

Hoje, a diversidade das forças e lutas sociais oposicionistas já expressam interesses bastante diferentes, marcados por propostas e práticas políticas distintas, as quais tentarão certamente interferir na futura reordenação dos movimentos partidários.

De fato, a reorganização partidária já começou, tanto de cima pra baixo como de baixo pra cima; e tanto interessa ao regime quanto aos que - num ou outro sentido - se opõem a ele. Não raro, e cada vez mais agora, dada a reanimação dos movimentos populares (sobretudo o movimento operário), as lutas entre as classes escapam do plano específico para chegar ao plano mais geral - da política e do poder - e reclamam canais institucionais de expressão, inclusive o parlamentar.

Na arena oposicionista, há pelo menos duas transações rumo aos novos partidos (legais) que são dignas de registro, pois são elas que poderão atrair as forças populares: - a articulação de um Partido Socialista ou Partido Popular; - e a articulação de um Partido Trabalhista - PTB -, ora impulsionado do exterior sob a batuta de Leonel Brizola. Até

agora, as duas transações correm em paralelo, como coisas excludentes, havendo mesmo uma certa autosuficiência de lado a lado; mas recentes encontros entre exilados brasileiros e Brizola podem mudar o quadro. Brizola ameaça fazer uma autocritica de seu passado populista no PTB, abre-se para a unidade com um amplo leque político-ideológico - incluindo marxistas -, e praticamente propõe fusão com “os socialistas de São Paulo”.

Abre-se, pois, um novo debate: os “socialistas de São Paulo” (leia-se, apenas pra dar alguns nomes aos bois - Almino Afonso, ex-Ministro do Trabalho de Jango; Fernando Henrique Cardoso, professor, atual candidato a senador pelo MDB; Plínio Arruda Sampaio, ex-deputado do ex-PDC), estes homens topariam o aceno de Brizola?

Plínio Arruda Sampaio foi titular da Câmara Federal de 1962 a 64, tendo liderado a ala esquerda do PDC. Cassado pelo golpe de 64, esteve no exílio durante mais de uma década, fixando-se principalmente no Chile. Agora em São Paulo, figura destacada entre os articuladores de um Partido Socialista - PS - ou Partido Popular - PP(?) -, Plínio falou a EM TEMPO na última quarta-feira, discutindo as teses de Brizola e mandando um recado ao ex-governador gaúcho: “... Se ele estiver de acordo conosco, só temos porque nos alegrar”.

Reunindo-se com brasileiros exilados em Lisboa, no mês passado, o ex-governador Leonel Brizola, tido e havido como herdeiro histórico do trabalho no Brasil, abriu o jogo sobre sua intenção de recriar um PTB. Segundo Marcelo Dias, correspondente de EM TEMPO em Portugal, Brizola admitiria uma “ampla e



profunda revisão” na prática do velho PTB. E mais: estaria “preocupado em unificar o projeto trabalhista com os projetos socialistas que se desenvolvem sobretudo em São Paulo”. Ele (Brizola) reconhece afinal como necessária “uma composição estreita com os socialistas paulistas, preferencialmente num só partido...” (EM TEMPO nº 19, pág. 12). Você, Plínio, acha possível esta unidade? Como?

Tenho de fato me reunido com vários companheiros para discutir e examinar a hipótese de criação de um novo partido político no Brasil. Falo de um partido democrático, popular e de corte socialista. As qualificações destes termos demandariam explicações mais amplas, mas - de qualquer forma - em tal partido deverão caber lideranças, pessoas, grupos os mais diversos. Não há, nem pode haver, um espírito setorial de nossa parte. É preciso trabalhar para a unidade, a fim de que as forças populares possam avançar. E a unidade precisa ser mantida dentro de um instrumento político capaz de realizar as lutas do povo. Nossa exigência, portanto, é de que tal partido seja realmente democrático. Que quer isto dizer? Quer dizer controle das lideranças pela base; quer dizer participação da base nas deliberações políticas; quer dizer plena informação da base a res-

peito dos assuntos políticos para que as deliberações possam ser de fato a tradução dos anseios da maioria. Num partido assim, sem dúvida, os que estão discutindo o socialismo em São Paulo gostariam de estar...

- Pois é. Tomando pelas palavras, também o Brizola tem falado de um partido democrático e ele também admitiria, sem rodeios, o “corte socialista” ou “socializante”...

- Então me parece que não haveria dificuldade nenhuma de diálogo, de debate, isto com qualquer tipo de liderança que aceitasse esse tipo de partido a que me referi. Vejo, aliás, que é preciso encontrar fórmulas para somar as várias forças interessadas na luta popular no Brasil.

- E a chamada ala esquerda do ex-PTB poderia compor essa soma de forças? Estaria ela de algum modo interessada na luta popular? Toda herança do trabalho brasileiro, suas práticas manipulatórias, seu atrelamento ao Estado e suas permanentes tentativas de atrelar as massas populares ao jogo eleitoral não seria um forte indicio da reedição do populismo?

- Olhe, o ex-PTB não dífiera muito dos demais partidos brasileiros instituídos desde 1945 até 1964 em sua forma de atuar. Seu programa era um tanto diferente, mas sua estrutura e sua atuação eram comparáveis aos demais. A base mesmo, era só mobilizada nas épocas eleitorais, como se fosse uma clientela. O partido era, no fundo, uma congregação de lideranças, um acordo de lideranças, sob a égide de lideranças de tipo carismático. Ora, um tipo de partido assim não pode mesmo praticar a democracia interna. Nele, a base só entra como eleitora, cabendo-lhe apenas o dever de votar em determinados líderes em determinadas ocasiões, não é? E um novo partido deve ser um partido de quadros militantes, de elementos ativos, que têm deveres a cumprir, mas que sobretudo têm direitos de interferência política direta nas

deliberações partidárias. A grande e necessária revisão do trabalho no Brasil seria, a meu ver, no sentido de evoluir para uma concepção onde a base fosse organizada em núcleos e que esses núcleos possam decidir a política de seu partido. A fase populista não esgota a história da política popular no Brasil. As lutas da classe trabalhadora no país remontam a tempos anteriores e prosseguiram, não raro em condições difíceis, após o naufrágio do populismo... e ainda prosseguem. Hoje, um partido que se pretenda popular e que coloque desde logo o socialismo como meta de sua trajetória, não pode permitir a manipulação, a participação meramente eleitoral. Ao contrário: dele se exigirá uma direção colegiada e obediente às decisões que emanem da base, a discussão dos assuntos partidários em todos os níveis de sua estrutura e um sistema de tomada de decisões que permita a participação efetiva de todos os militantes.

- E o Brizola entraria nessa? Quero dizer: haveria a possibilidade de se compor com ele numa única agremiação partidária onde tais normas de convivência interna sejam pra valer?

- Bem. Lendo as recentes declarações do ex-governador feitas em Portugal, só posso dizer que vejo com esperança e alegria suas opiniões no sentido de reconhecer a necessidade de modificar o tipo de atuação anterior do PTB. Não posso julgar as intenções do senhor Leonel Brizola. A construção de um novo partido passa por um processo, onde se inclui muito debate, muita polêmica, visando a unidade de todos os que estão efetivamente de acordo em assumir certos compromissos básicos. Enquanto isso, cabe-se prosseguir aqui em nossa tarefa de consultas junto às bases, a fim de irmos concretizando cada vez mais a proposta do partido popular. Isto é, um partido que reúna amplas camadas populares, camadas operárias, classe-média assalariada, trabalhadores do campo. E um partido democrático, repito, onde a base não seja manipulada, mas onde ela efetivamente possa comandar a política. E um partido que aponte para o socialis-

mo, para a transformação estruturais, sociais e econômicas, sem aventureirismos. Todos os que concordam com isso deveriam se unir... se Leonel Brizola estiver de acordo, então só teremos porque nos alegrar!

- No encontro de exilados brasileiros em Portugal com Brizola, reuniram-se pessoas de origens ideológicas bastante distintas: socialistas cristãos e marxistas, trabalhistas & Cia. Foi o chamado “racha ao contrário”, na base de um amplo leque ideológico. Tal leque teria também cabimento no partido popular de que você fala, sabendo-se desde logo que isso redundará num partido (ou movimento orgânico) de tendências?

- Precisamente. A grande lição dos últimos anos é de que precisamos unir todos os que são de acordo com certos objetivos políticos, sem discriminar suas filiações ideológicas, ou filosóficas, ou religiosas. Agora, se se trata da criação de um partido, haverá necessidade de exigir disciplina partidária, uma vez que a maioria decida por uma determinada orientação. Não vejo, porém, que esta exigência impeça a formação de alas, grupos ou tendências dentro do partido. Isto ocorrerá, sempre que se tratar de questões mais complexas. E será natural e salutar. Mas insisto que um partido não se funda de cima para baixo, mas de baixo para cima. Assim, tenho mantido conversações preliminares com companheiros para explorar a viabilidade da ideia. Ou seja: não temos ainda uma deliberação absoluta de formar um determinado partido a qualquer preço! Se o partido não se mostrar viável sociologicamente ou politicamente, ele não deve ser formado. Ele só pode ir adiante se a proposta encontrar um respaldo, apoio e interesse em setores populares. No processo de consultas sobre a substância do partido, entra também a consulta sobre seu nome: Partido Socialista? Partido Popular? que nome? Porque o nome não pode ser um empecilho, mas um elemento para fazer avançar a proposta. Então, temos muitas questões em aberto, inclusive esta do nome ou sigla do partido.

Jorge Baptista

## ELEIÇÕES METALÚRGICAS

**1** Delegacia de Trabalho garante o pelego Joaquim



A apuração em São Paulo

O delegado Regional do Trabalho em São Paulo declarou válida no último dia 19 a eleição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, passando por cima da decisão do procurador da Justiça do Trabalho, sr. Osvaldo Preuss, que havia anulado as eleições. O atual presidente pelego da entidade e candidato à reeleição, Joaquim dos Santos Andrade, interpsou um recurso e o delegado Vinicius Ferraz acatou-o.

Marco Aurélio Ribeiro, um dos advogados da chapa 3, da oposição sindical explica o que aconteceu: “O recurso do Joaquim deveria ter sido encaminhado à oposição para que ela se manifestasse”.

Mas não. O delegado sentenciou sem ouvir uma das partes, contrariando a mais simples e justa lei do direito: as duas partes precisam ser ouvidas. O delegado se mostrou parcial também quanto ao prazo do julgamento. Um recurso que a oposição de São Caetano impetrou há 6 meses ainda não foi julgado (e era bem mais simples, só para conferir se houve ou não maioria absoluta). Isto é, um recurso da situação é julgado em quinze dias, mas os da oposição... Fica evidente a tendenciosidade da Delegacia quando ela julga o recurso da situação e não julga o recurso que não interpussemos no mesmo período.

“E continua o advogado? - “A decisão do delegado reflete a estrutura sindical montada para amoldar os trabalhadores e que tem de ser mantida a qualquer preço, ainda que para isso seja preciso passar por cima da lei, com o objetivo de proteger os dirigentes sindicais que estão afinados e integrados nesta estrutura”.

Na porta do Sindicato dos Metalúrgicos a indignação era grande. “Tio” Luis, um velho militante sindical (um dos que foi agredido pelos homens do Joaquim), dizia: “É uma cachorrada miserável desse regime que tá aí. Hoje quando escutei a notícia eu nem acreditei, mas era verdade. Passaram por cima de tudo, até do procurador; nem os homens deles estão se entendendo. Mas a gente vê que eles querem é segurar a estrutura sindical... Não tem de-

mocracia para as nossas lutas.”

Chiquinho, que acompanhou urna por urna e apuração e que listou as irregularidades todas, comentava: “Foi uma decisão política. A chapa do Joaquim foi favorecida em tudo. Mas esse pessoal não vai ter coragem de ir na porta das fábricas. Vão tomar posse de cabeça baixa. E nas três fábricas que eu passei na porta hoje o pessoal tava dizendo que era bom que ninguém da chapa 1 aparecesse por lá...”

Clóvis, que trabalhou 90 dias sem parar para a chapa três, era dos mais tranquilos: “Na hora eu fiquei abalado, mas agora já passou. Ficou provado que a pelegada está de mãos dadas com o pessoal da Delegacia. Mas nós vamos dar a resposta a eles. No trabalho das fábricas, na construção das comissões de fábricas, e no dissídio que vem aí. As eleições são um meio, e não um fim. As coisas não estão perdidas não, porque tudo vai continuar. Nossa vitória é a vergonha dessas eleições”.

Antonio Flores apontava: “Isto tudo é fruto da estrutura sindical atrelada ao Ministério do Trabalho. Agora está à vista a importância da luta contra esta estrutura”.

Gilda Graciano, também advogada da chapa 3, conta que foi quinta-feira cedo conversar com o delegado Vinicius mas só falou com a secretária Maria Helena:

“Eu quero saber do delegado, e não através da imprensa, quais são as alegações para ele ter dado ganho ao Joaquim”. A secretária respondeu que a decisão veio de Brasília, por telex. E o telex, onde está? “É sigiloso”, responde a secretária.

Gilda Graciano mostra o protocolo do pedido de vistas no processo que já foi julgado. “Nós da oposição não podemos responder. Isto é anticonstitucional. É mais uma prova do arbitrio, a que estamos submetidos”.

**2** Surpresas nas eleições metalúrgicas de Minas

Depois de perder as eleições, a Oposição Sindical dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem só surpreendeu parte agora para o segundo escrutínio, já que o pelego João Silveira não obteve maioria absoluta dos votos. Aqui, uma avaliação dos resultados.

O resultado das eleições sindicais dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem só surpreendeu pela diferença de votos que separou a Chapa 1, de situação, da Chapa 2, de Oposição Sindical: 5.419 contra 2.796 votos. A Chapa 3, que também se dizia de oposição mas que apresentava um programa de conciliação com os patrões, ficou com votação inexpressiva, totalizando apenas 469 votos.

Afinal, a situação já se encontra à frente do sindicato há anos, tendo nesse período montado uma enorme estrutura assistencial, em cima da qual desenvolve uma eficiente política de clientela. Dos quatorze mil sócios atuais, cerca de dez mil foram sindicalizados pela atual diretoria, atraídos pelas promessas de um bom serviço assistencial.

Desde que se formou em dezembro do ano passado a partir da luta pela reposição salarial, a oposição, apesar de seus esforços, não conseguiu quebrar esta concepção de sindicato, profundamente enraizada em eleitores que não tem qualquer outra referência de uma entidade como instrumento de lutas. Revelador nesse sentido foi o fato de que o apoio à Oposição era muito maior entre os não sindicalizados, que entre os sindicalizados.

Mas o que realmente surpreendeu foi a pequena diferença de resultado entre as urnas de Belo Horizonte e Contagem. Antes das apurações, esperava-se que em Contagem, onde se localizam as maiores fábricas e um maior número de sindicalizados ligados à produção e que possui maior tradição de luta, a Oposição poderia obter uma grande adesão e, pelo menos, equilibrar a votação.

Não foi que aconteceu em BH: a Chapa 1 obteve 69% dos votos válidos, contra 28% da Oposição. Em Contagem, a Chapa 1 conseguiu 60% dos votos e a Oposição apenas 34%. Das 18 urnas de votação - das quais onze eram volantes, uma fixa na sede do sindicato, em BH, quatro fixas na Siderúrgica Mannesmann, e duas fixas na Siderúrgica Belgo Mineira - apenas nestas duas últimas é que a oposição venceu; sem dúvida uma boa vitória localizada

mas insuficiente para alterar o resultado geral.

Alguns fatos podem explicar esta votação dada à Chapa 1. Além das usuais pressões sobre os eleitores, funcionou a demagogia da diretoria, com a indispensável ajuda dos patrões. Enquanto a Chapa da situação tinha todas as facilidades para entrar em uma fábrica e divulgar sua propaganda - uma delas até interrompeu o expediente para que os operários pudessem ouvir João Silveira, o presidente - a Chapa 2 sofria desde a prisão de pessoas que afixavam sua propaganda, até a cassação de dois de seus candidatos, e o impedimento de levar seus jornais para dentro das fábricas. No dia das eleições, os encarregados e chefes de serviços buscavam os operários em cada seção e os levavam até a mesa eleitoral, com instruções para votarem na Chapa 1. No sindicato, onde funcionava uma mesa coletora, os eleitores tinham de passar, antes de votar, pela sala do João Silveira, candidato da situação. Toda a máquina sindical, incluídos aí os 120 funcionários e o jornal “O Metalúrgico”, foi acionada para a reeleição dos pelegos. Nas listas de eleitores, preparadas pelo sindicato, e que eram as usadas pelas juntas eleitorais, faltavam os nomes de muitos metalúrgicos e que “por coincidência” eram quase sempre conhecidos eleitores da oposição. Estas listas que dão o quadro dos sindicalizados por fábrica, foram negadas à Oposição, que só teve acesso a elas às vésperas das eleições, o que dificultou muito o planejamento de sua campanha. Acompanhando as urnas, além dos mesários, ia sempre um “mesário suplente”, na verdade cabo eleitoral e fiscal da Chapa 1. Enquanto isso, os fiscais da Oposição tinham que ficar correndo atrás da urna, de uma fábrica para a outra, algumas vezes de carro. Mas também de ônibus e até mesmo a pé, sem muito sucesso, pois o trajeto era modificado continuamente e o fiscal chegava quando a urna já estava saindo.

Mas o golpe final foi dado pelos patrões, que nas vésperas das eleições concederam uma antecipação salarial de 15% para toda a categoria e que foi apresentada como um aumento conseguido pelo sindicato.

**3** Oposição cresce mas não leva



Manoel Alcântara com o advogado Marco Aurélio

Apesar de ter conseguido votação expressiva em algumas fábricas importantes - Clark e IBM, por exemplo - a chapa de oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas perdeu as eleições encerradas na madrugada de sábado, dia 15. O resultado final (8671 votos para a situação contra 3148 da oposição mantém a diretoria pelega por mais três anos na entidade.

Num primeiro balanço, a derrota da chapa 2 pode ser atribuída à ainda recente existência da oposição sindical e ao uso que atual diretoria fez da estrutura assistencialista do sindicato para catar votos. Alguns associados chegaram a pensar, inclusive, que a vitória da oposição seria o fim das atividades assistenciais do sindicato, fato que a chapa 2 negava veementemente em sua propaganda.

O atual presidente - pelego Cid de Souza, revelando suas ligações patronais, publicou em jornais da região anúncios com a relação de todas as empresas que se anteciparam à greve concedendo aumentos salariais depois de “negociações com o sindicato”. Além disso, a intimidação dentro das fábricas assustou diversos operários que pretendiam participar da oposição.

E por falar em intimidação, quem acabou pagando o pato pela intranquilidade dos pelegos foi a imprensa de oposição. Os jornalistas e fotógrafos destes jornais foram impedidos de entrar na sede do sindicato e a situação só se acalmou com a intervenção do Sindicato dos Jornalistas de Campinas que exigiu e conseguiu levantar a proibição.

João Roberto

SAIU  
CARA A CARA

Revista semestral do Centro de Estudos Everardo Dias

VITULANOV  
Lenin

duas táticas  
da social democracia na  
avaliação democrática

EDITORA  
E LIVRARIA  
LIVRAMENTO

Av. Waldemar Ferreira, 174  
Butantã SP

EDITORA E LIVRARIA LIVRAMENTO  
Lenin - Duas Táticas, Cr\$ 50,00



# A ALTA CUPULA SINDICAL SE REUNE. SAI DE BAIXO!

No dia 24, começa no Rio o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, a maior entidade de cúpula sindical do país, dirigida pelo super-pelego Ari Campista. Por um lado, sabe-se que os dirigentes sindicais combativos e representantes das Oposições Sindicais, de vários estados, pretendem ter uma intervenção em defesa dos interesses dos trabalhadores. Por outro lado, a enorme rede do peleguismo vai render o oba-oba de sempre aos patrões e ao governo.

## Conciliação, à moda da casa.

**Custou Cr\$ 250 mil o banquete oferecido ao Ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho, por presidentes dos sindicatos fluminenses. Entre bolinhos de bacalhau, fatias de maminha mal passada e chope à vontade, pregou-se "um pacto tripartite, entre os empregadores, empregados e governo": "Há algo de novo no Brasil de hoje, quando vemos trabalhadores homenageando um Ministro do Trabalho de um governo dito autoritário. Este é um grande momento brasileiro, que exige grandes homens, sobretudo com os corações abertos", discursou um dos pelegos presentes.**

No Rio, um almoço (700 quilos de alcatra e file) oferecido por presidentes de sindicatos de trabalhadores fluminenses ao ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho, e aos patrões pode ser visto como uma prévia do que será em parte o V Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria, que começa esta segunda-feira, se depender da pelegada que hoje domina a estrutura sindical brasileira.

Entre bolinhos de bacalhau, fatias de maminha mal passada e chope à vontade, cerca de 1100 sindicalistas se refestelaram com um cardápio que incluía ainda discursos e mais discursos - vivamente aplaudidos, diga-se de passagem - que enalteciam o "clima de paz social em que o país vive", graças, evidentemente, "à ação incansável do ministro Arnaldo Prieto.

No final, entre um sorvete de creme e o cafezinho, o ministro recebeu de presente uma bandeja de prata e, evidentemente constrangido, foi saudado com os sub títulos de Ministro do Trabalhador, Ministro do Povo, Ministro da Esperança e Ministro Promotor da Paz Social. Dando vivas e salvas à harmonia que existe hoje entre os trabalhadores e os patrões, "todos irmãos", a pelegada - é verdade que já de cara cheia - quase chorou. Um espetáculo! Financiado pelos próprios trabalhadores.

### Um pacto entre patrões, empregados e o governo.

Volta e meia estes pelegos armam

o circo e convidam o ministro. E são sempre eles os palhaços. Os patrões e as autoridades gostam, embora às vezes fiquem meio constrangidos. Como na posse do coronel João Fortes na presidência do Sindicato da Indústria da Construção Civil. Quem foi saudá-lo, em nome dos trabalhadores da construção civil, foi o português Arnaldo Rodrigues Coelho, "líder" sindical desde 1929 e há mais de 20 anos presidente do sindicato do Rio. Arnaldo, com seu jeito rude, como sublinhou o ministro - e bajulativo, acrescentamos - quase matou de rir os grandes empresários da especulação imobiliária com seus vivas ao presidente Geisel, ao maior ministro que o Brasil já teve (seu xará, evidentemente) e aos patrões. No almoço de 5ª feira, o velho pelego novamente se excedeu ao convidar o mesmo João Fortes para saudar os trabalhadores. Acostumado a temperos em cimento e vergalhões, o empresário saiu-se bem:

"Há algo de novo no Brasil de hoje porque alguma coisa se transformou na vida brasileira. Há algo de novo no Brasil de hoje quando vemos trabalhadores homenageando o ministro do Trabalho de um governo dito autoritário. Este é um grande momento brasileiro. E sendo um grande momento brasileiro, exige grandes homens, sobretudo com os corações abertos, e sobretudo sem preconceitos, sobretudo sem radicalizações. O momento que o País vive exige de todos nos a manutenção do pacto, o chamado pacto tripartite, ou seja, o pacto

Até sexta-feira, seis mil delegados sindicais já tinham se inscrito para o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, que começa nesta segunda-feira, no Rio. Estes delegados correspondem a cerca de oito milhões de operários organizados em 1109 sindicatos e 59 federações - a maior estrutura sindical do País.

Num momento rico da conjuntura, em que aumentam as reivindicações e as lutas dos trabalhadores por todos os lados, o congresso promete ser quente, apesar de suas limitações. Estará sendo checada, por um grupo novo e cada vez mais numeroso de líderes sindicais combativos, a própria estrutura viciada do sindicalismo brasileiro. E certamente serão levantadas, mais uma vez e para um auditório privilegiado, as reivindicações que unificam hoje o conjunto das oposições sindicais: o direito de greve, os contratos coletivos de trabalho, a livre negociação entre patrões e empregados, a autonomia e liberdade sindical, a reformulação radical da política de arrocho salarial e a participação nos lucros das empresas. E é provável que novas propostas políticas surjam, como a que o Lula já anunciou, no encontro dos trabalhadores do petróleo, na Bahia, semana passada: a formação de uma Frente Ampla de Trabalhadores.

O V Congresso da CNTI surge com uma série de inovações em relação aos últimos (o I foi em 1946 e o VI em 1970). Os delegados serão divididos em sete grandes comissões que analisarão milhares de teses e tirarão documentos a respeito dos seguintes assuntos: política nacional de desenvolvimento; problema habitacional; educação e alimentação; direito do trabalho; organização e ação sindical; justiça do trabalho; previdência social, higiene e segurança do trabalho. Como nem todos os delegados poderão participar das comissões, que são limitadas, os organizadores do congresso programaram quatro sessões de filmes técnico-profissional e recreativo, e diversas palestras sobre sindicalismo, uma inclusive, fechando o congresso, a do senador Jarbas Passarinho, sobre o papel do sindicato no país em desenvolvimento. As comissões, redivididas em subcomissões, se reunirão, ao longo da semana, de manhã e à tarde.

A imprensa não poderá acompanhar os trabalhos destas comissões, segundo resolução da presidência da CNTI.

entre os empregadores, empregados e governo.

O empresário não poderia ser mais claro na exigência da manutenção de um pacto a respeito do qual os trabalhadores nunca foram consultados e do qual apenas os patrões se beneficiam. Um pacto regulamentado por uma legislação que atrela os sindicatos ao governo, pela lei anti greve, pela política de arrocho salarial, pelas leis repressivas, pela porrada. Um pacto do qual os trabalhadores só têm a perder mas que é prestigiado e até incentivado por estas lideranças sindicais pelegas. Dóceis, submissas, corruptas - os patrões e governo delas se beneficiam. Não foi à toa, por exemplo, que não foram convidados para o banquete (que custou aos sindicatos e federações mais de Cr\$ 250 mil) os presidentes e as diretorias dos primeiros sindicatos que, no Rio, passaram para as mãos da oposição. Não estiveram presentes, por exemplo, os representantes dos metalúrgicos, dos petroquímicos de Caxias ou dos trabalhadores do comércio do petróleo. É verdade que o sr. Arnaldo Prieto, seu séquito de pelegos (alguns de fama nacional, como Ari Campista) e os representantes dos patrões (além de João Fortes, Domicio Veloso, presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Teófilo de Azeredo Santos, da Federação Nacional de Bancos) não sentiram sua falta. Mais: esperam não vê-los tão cedo. Mesmo sabendo da fragilidade, ainda, destas oposições.

Na festa, confraternização das "classes" (?)



## Num país de pelegos, o maior deles: Ari Campista.

*O repórter fez uma pergunta a um dos pelegos mais antigos do movimento sindical brasileiro, o presidente da CNTI, que congrega oito milhões de trabalhadores. "Ari Campista, que mudanças mais interessariam aos trabalhadores?" E ele respondeu sem vacilar: "Não sei, meu velho, não sei. Já vivi bastante, pra não, me perdoe a expressão, pra não dar palpíte!"*

**Ari Campista não é bem o que se poderia chamar de típico trabalhador brasileiro. Só como juiz do Tribunal Superior do Trabalho ele ganha Cr\$60 mil. Ao longo de 44 anos de vida sindical (em 1934 já era secretário-geral do sindicato dos bancários), acumulou, à sombra do poder, fortuna e hábitos desconhecidos do dia-a-dia do nosso operariado. Antes que a diabete o impedisse, por exemplo, cultivou o aristocrático esporte de provar vinhos. Há quatro anos - e por mais dois - este "operário" ocupa o vértice da pirâmide da estrutura sindical brasileira. Presidente da CNTI, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, ele manipula uma instituição para-estatal que se alimenta não apenas dos benefícios oficiais mas dos impostos sindicais de alguns milhões de verdadeiros operários.**

Ao longo de todo este tempo, ele sempre teve uma invejável capacidade de se adaptar às regras e caprichos do que no momento estão no poder. Intransigente defensor, ao longo destes 14 anos de regime, da política sindical ofi-

cial (que permite, através de um controle ferrenho dos trabalhadores, a imposição do arrocho salarial), ele começa a mudar ao perceber a possibilidade de mudanças vindas de cima. Para os novos tempos, novos pelegos - e o Ari está aí para isso mesmo.

Nesta entrevista, concedida ao repórter do Em Tempo no escritório da CNTI, no Rio, às vésperas da abertura do V Congresso, ele aponta, já, para possíveis mudanças, embora no fundamental continue defendendo - e sem subterfúgios - posições que vão nitidamente de encontro aos interesses dos trabalhadores. Num país de pelegos, como ele mesmo afirma, o maior deles: Ari Campista. Com a palavra!

- O senhor é a favor das grandes reivindicações e lutas que boa parte dos trabalhadores hoje leva, como a luta pela autonomia sindical, pelo direito de greve?

- Eu poderia lhe dizer que pessoalmente sou a favor. Não quero dizê-lo neste momento porque entendo que não devo opinar às vésperas da realização de um congresso que é feito para que

os trabalhadores se pronunciem e deem a sua orientação a nós.

- Como se dará o peso de cada sindicato nas decisões?

As teses serão examinadas em subcomissões sem supremacia de setores profissionais ou regionais porque se tentou nivelar para que todos tivessem igualdade de direito, porque só assim existe democracia. Não pode haver democracia entre um muito forte e um muito fraco, não se compreende que haja uma democracia neste sentido. Então, para nós, todos os sindicatos têm o mesmo valor, pouco importa tenham 300 mil associados ou tenham 30 associados. E o mesmo valor e todos terão o mesmo peso nas subcomissões, nas comissões e no plenário.

- O sr. acredita em mudanças na área sindical?

- Acredito que elas possam ter valor se vierem de baixo para cima.

- E que mudanças são estas?

- O Congresso as ditará.

- O sr. percebe o surgimento de uma nova liderança sindical?

- Eu acho que a cada fim de mandato surgem novas lideranças sindicais.

- Eu me refiro, Ministro, as novas qualitativamente. A própria imprensa aponta no Lula uma nova qualidade de liderança sindical.

Eu já assisti, com grande satisfação, ao nascimento de uns 300 Lulas. Todos eles trazendo proveito para o sindicalismo e para os trabalhadores. Agora, antecipar o que vai resultar do atual Lula, só uma bola de cristal.

- O sr. conversou com Petrônio Portella. Certamente sobre a área sindical. O sr. tem propostas para reformas sindicais?

Eu na oportunidade não disse qual foi o assunto que me levou o Petrônio, por uma questão de ética. Entendo que, tendo transmitido a ele toda a minha angústia preocupação com o sindicalismo, que é enfim o meio onde vivo, as perguntas deveriam ser endereçadas a ele.

- E como o sr. vê mudanças na área sindical?

Só com bola de cristal. Eu já vi muitos presidentes de sindicatos capazes tentarem fazer movimen-

tos, evoluções, etc. e não resultarem em nada e outros resultarem proficuamente, embora a maior parte das vezes com lentidão. Eu já disse que a vida nos ensina que a história não dá saltos. As coisas têm de ser feitas a seu tempo, não é? Se um jornalista chega hoje na redação do seu jornal e diz "parei, vou escrever apenas aquilo que eu quiser", é evidente que o dono do jornal toma a providência de mandá-lo embora de imediato. Ele tem de ir lentamente, se impondo, pelo seu processo profissional, pela sua capacitação, até que o dono do jornal confia a ele a matéria que ele escreva.

- Então o sr. acha que estamos vivendo momentos de mudanças mais lentos.

Estamos vivendo a expectativa de momentos de mudanças. Quais seriam e de que forma se processariam, só uma bola de cristal poderia adiantar.

- E que mudanças mais interessariam aos trabalhadores?

- Não sei, meu velho, não sei. Já vivi bastante pra não, me perdoe a expressão, pra não dar palpíte.

- O sr. não tem reivindicações?

Reivindicação é outra coisa, meu filho. Eu também reivindico uma vida tranquila para os trabalhadores brasileiros, com bons salários, que eles tenham condição de viver tão bem como qualquer outro cidadão do país, etc. Mas sonho com isso, sonho apenas.

- Dentro desta estrutura sindical que temos hoje é possível se conseguir esta vida tranquila para os trabalhadores?

Eu tenho uma metáfora que já disse e repito: a qualidade da omelete não depende do formato da frigideira. Depende da condição do cozinheiro. Já vi entidades sindicais que eram inexpressivas totalmente e que de repente, pela simples mudança de seus dirigentes, se projetaram internacionalmente, centenas delas; e vi outras que estavam no climax da vida sindical, mudaram sua dirigência e caíram verticalmente, desapareceram da vida sindical brasileira. Nos temos isso em quase todas as entidades sindicais do país. Então me parece que o grande problema da vida sindical do país se resume naquilo que o Lula começou a dizer quando começou a ser falado pela imprensa:

Às vésperas de um congresso nacional de trabalhadores da indústria que promete ser quente, ainda perturbados com as greves do ABC e agora dos residentes médicos, patrões e autoridades sorriram, constrangidos, a cada bajulação dos pelegos mas não entraram no clima de festa. Na hora de defenderem seus interesses, eles sabem que o buraco é mais embaixo e fogem da retórica, dos rapapés e do puxa-saquismo. Nestes momentos, são bastante claros e não falam difícil. O recado é direto. No final do almoço de quinta-feira, o porta-voz destes setores foi o próprio governador do Rio, Almirante Faria Lima, que foi curto e grosso:

"Sinto, porém, e não podia deixar de dizê-lo de público, na presença do ministro Arnaldo Prieto, que foi um dos atores da pacificação nacional entre empregadores e empregados (palmas) que avisamos nitidamente nuvens pesadas que pairam sobre o nosso País tentando nos mudar a situação. E o meu apelo é para que estas lideranças legítimas do Estado do Rio de Janeiro fiquem de olhos abertos porque nós caminhamos para momentos difíceis da existência sindical de nosso país, e vocês, empregadores e empregados, são tão responsáveis pela segurança do nosso país quanto nós, o escudo. Em vocês nós depositamos toda a confiança do governo do Rio de Janeiro (palmas) em que não permitirão que aqueles dias tristes de 63 e 64 jamais voltem ao Estado (palmas prolongadas)". (Marcelo Beraba)

educação. O dia em que a massa estiver educada, ela escolherá os melhores dirigentes, terá melhor orientação e poderá seguir o melhor caminho à sua própria custa ou à custa da educação que tenha recebido.

- Mesmo com esta estrutura sindical?

- Seja qual for, é o meu entendimento.

- Como sr. vê a participação política dos trabalhadores?

O trabalhador deve, tanto quanto estiver a seu alcance, evitar fatores divisionistas no seio da classe. Estes fatores divisionistas são, sem dúvida, política partidária, religião, credos filosóficos. Imagine que eu numa assembleia diga qual é minha crença religiosa. Eu dividirei a sala. Seu eu disser a alguém que eu sou arenista ou emedebista eu estarei dividindo o grupo. Dentro do sindicato não há como se acolher fatores divisionistas. Não se pode subordinar o sindicato à política partidária, ou à ideologia.

- O sr. é tido como o modelo de pelego...

- E, dizem isso. Através da história eu já vi os comunistas chamarem os democratas de pelegos, os democratas chamarem os comunistas de pelegos, os vencedores chamarem os vencidos de pelegos, os vencidos chamarem os vencedores de pelegos. Na realidade, o processo é único no Brasil inteiro: num sindicato, numa federação, numa confederação há eleições, regidas por estatutos que são padrão, de forma que a classe vem, se reúne, e acontecem coisas curiosas. A Confederação realizou 16 pleitos eleitorais. Em 14 havia oposição e situação. Nos dois últimos pleitos eu participei como cabeça de chapa. Nos dois, pela primeira vez na vida da CNTI ocorreu uma chapa única de unidade nacional. Eu pergunto o seguinte, na possibilidade de ser um pelego: e aqueles que me elegeram? Não são? Então, que enormidade de pelegos que tem este país, meu Deus!

Mas o sistema de votação para a Confederação é viciado, de forma indireta.

- E o que dizem as oposições de São Paulo, dos metalúrgicos do ABC. Mas o direito que eles têm de me chamar de pelego eu também tenho de chamá-los.

(Entrevista a Marcelo Beraba)



# A VEZ DOS MÉDICOS

As causas da greve que aproximadamente 13 mil funcionários e médicos do Hospital das Clínicas e do Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo realizam neste momento, têm raízes mais profundas do que a simples reivindicação de salários mais condizentes. Bem como, a solução para a crise atual destes hospitais, extrapolam o mero remanejamento de verbas ou da aplicação de medidas drásticas sobre os grevistas, conforme a fala oficial do Governador Paulo Egydio Martins.

Para os médicos, a política econômica altamente concentradora de renda aliada à crescente comercialização da Saúde Pública, só fez por reduzir consideravelmente a tradicional vontade autonomista que embalava os sonhos destes profissionais. Se, por um lado, parcelas cada vez menores da população têm condições para adquirir serviços médicos particulares, por outro, a implantação galopante de redes hospitalares privadas, sustentadas na sua maioria por dinheiro público através de convênios com o Estado, provocou, inevitavelmente, o assalariamento da categoria.

Para os funcionários, após a frustrada espera do "Projeto" - Lei Complementar nº 180 - um fenômeno de outra ordem vem aumentar seus pesadelos. O mal crônico do funcionalismo público aponta somente para a pauperização.

E nem se diga que a Saúde Pública assumida pelo Estado, fenômeno que alguns ingênuos pretendem interpretar como a socialização da medicina, seja o caminho que nos levará para o paraíso. Antes pelo contrário. Tanto os médicos como os beneficiários destes serviços, só contabilizaram piora e baixa qualidade.

Algumas tentativas, escudadas em respeitáveis diagnósticos e elaboradas por respeitáveis senhores, não só redundaram em frágil fracasso, como ainda, aumentaram o mal. Um bom exemplo foi o convênio estabelecido em 1971 entre o INPS, atual INAMPS, e a Secretaria de Saúde Estadual, pomposamente denominado CIAM - Centro de Integração de Assistência Médica. Objetivava a complementariedade dos serviços médicos prestados à população, sendo que a Secretaria entraria com a infraestrutura - 800 Centros de Saúde e o INPS com o pessoal - médicos, atendentes e recursos humanos burocráticos. O que se viu, no entanto,

foi a excessiva centralização de serviços em alguns hospitais, e o Hospital das Clínicas é o exemplo mais gritante, em detrimento do atendimento médico localizado, que evitaria os deslocamentos desnecessários da população. Com as administrações divididas, o CIAM provocou o mais profundo descompasso entre a infraestrutura e o pessoal, ou seja, onde havia infraestrutura faltava pessoal, e vice-versa.

Mais recentemente, em julho de 75, foi aprovado a Lei nº 6.229 que estabeleceu o Sistema Nacional de Saúde, mais conhecido por Plano Nacional de Saúde. Surgiu com o objetivo de melhorar o programa comum anterior e integrar o INPS - autarquia - com o Ministério da Previdência e Assistência Social buscando a unificação do público a ser atendido, bem como estabelecer melhores condições de trabalho para os profissionais da área. Desde sua aprovação, esperava-se sua progressiva implantação que resultaria em julho/78 num novo convênio, respaldado na lei, 6.229 como foi o CIAM. Nem mesmo experimentalmente o Plano Nacional de Saúde foi executado, e as alegações de que inexistem recursos para sua implementação são falaciosas, uma vez que os recursos do INPS cobriam sua execução.

O fenômeno bastante conhecido das filas quilométricas do INPS revelam apenas a parte visível do iceberg. Na realidade o aumento da demanda por serviços hospitalares, quase 90% da população está filiada à Previdência Social, não encontrou a respectiva correspondência em verbas públicas que deveriam ser canalizadas para esta área. O pato é pago pelo rebaixamento na qualidade dos serviços prestados. A mesma coisa ocorre com relação à política salarial, que ao nivelar por baixo, ocasionou profunda erosão nos rendimentos dos profissionais, onde a alta rotatividade e o pluri-emprego da categoria é mero desdobramento.

A partir do momento em que o Estado implementou a política de maiores privilégios aos organismos privados, distorções sem conta começaram a surgir. Verificou-se uma maior ênfase na hospitalização em detrimento do serviço ambulatorial, facilmente explicáveis se medirmos os lucros proporcionados pelo internamento, enquanto que para a maioria dos problemas que afligem a população, o serviço ambulatorial se adequaria perfeitamente. Nem por isso pode-se dizer que há uma correspondência direta-

mente proporcional entre maiores gastos e melhoria da qualidade dos serviços. Ao contrário, é sobejamente conhecido os gastos supérfluos realizados pelos hospitais da rede privada.

Diante deste quadro, a alegada inexistência de recursos para atendimento das reivindicações dos grevistas só pode ser considerada brincadeira. Para os médicos, particularmente, a permanência nas instituições públicas, obedece muito mais às vantagens científicas que porventura possam adquirir, do que por razões que os beneficiariam monetariamente. Para os funcionários, o "Projeto", com sua exdrúxula exigência do sistema de contagem de pontos, única parte substantiva da lei, só serviu para que se estabelecesse uma relação funcionário/chefe, que nada fica a dever ao mais autêntico coronelismo que até a bem pouco tempo ainda existia no Nordeste brasileiro.

A espera, por longos anos, em torno das prometidas melhorias que adviriam com "Projeto" esgotou a paciência dos atuais grevistas. O

aumento então assinalados de 43% a 47%, apenas significou um aumento real de no máximo 9%, uma vez que o dissídio da categoria já havia contemplado 38%.

No Hospital do Servidor Público, médicos e funcionários iniciaram o movimento no dia 8 de junho, quando por intermédio de uma assembleia, fixaram num memorial suas reivindicações básicas: 10 salários mínimos, regionais para os médicos e aumento de 100% para os funcionários. Encaminhado ao governador, deram prazo de 15 dias para obtenção de resposta. Como esta foi negada, não sem antes passar por uma comissão da qual faziam parte vários Secretários do Estado com total exclusão dos reivindicantes, até mesmo de um representante do Sindicato dos Médicos. No dia 29, conforme o prometido, 4 mil funcionários e 775 médicos deflagravam a greve, e entravam em assembleia permanente.

Ameaçados de demissão, e consistentemente acusados pelas autoridades irresponsáveis quanto à saúde pública, leram, no 2º dia da greve, uma carta aberta às pessoas que

procuravam o hospital para atendimento médico, e receberam um caloroso aplauso de solidariedade.

Foram intimados pela perda do emprego quando o governador aceitou a iniciativa privada a possibilidade de estabelecimento de um convênio, que aliás, foi "gentilmente" recusada, dado a precariedade da proposta: montar uma infraestrutura adicional para depois perdê-la, caso a crise fosse resolvida, foi a alegação da rede privada.

No Hospital das Clínicas o processo foi o mesmo. Tanto funcionários como médicos resolveram se unir para conseguir seus objetivos. Embora existir autonomia quanto a celebração de acordos em separado entre os dois hospitais, a verdade é, que do ponto de vista do atendimento médico-hospitalar o atendimento da população por esses dois hospitais é cumulativo.

Neste momento, outros hospitais, conforme informações da assembleia permanente, ameaçam paralisar as suas atividades. Da rede municipal os funcionários dos hospitais Tatuapé e Vergueiro, começam a levantar as mesmas rei-

vindicações. No Hospital Brigadeiro, filiado ao INPS, coletam-se assinaturas para saber qual é a posição dos médicos e funcionários quanto à possibilidade de realização de um movimento semelhante. Emilio Ribas, Mandaqui e Hospital dos Sanitaristas, realizaram assembleias e já tiraram memoriais no mesmo sentido.

O movimento tem recebido, através do seu sindicato e associação, diversas moções de solidariedade, inclusive de outros estados. Algumas diretorias apoiam o movimento, e os médicos residentes, já vitoriosos em movimento anterior, se autodenominam como sombras dos médicos e hipotecam o seu irrestrito apoio.

Para a defesa financeira do movimento foram criadas cooperativas cuja a finalidade é a obtenção de fundos para sustentação dos grevistas. Neste sentido, foi solicitado aos médicos para que doassem uma consulta ou meio expediente de trabalho para a cooperativa dos grevistas.

O movimento grevista desnudou a crise estrutural que vive a Saúde Pública, e a má administração dos recursos públicos. Resta saber, se o Estado pretende, através da ressurreição de Washington Luiz, transformar a questão social numa mera questão de polícia.

(Carlos Savério)

**O movimento grevista na área hospitalar questionou não apenas a situação salarial dos residentes, médicos profissionais e servidores públicos, mas ajudou também a desnudar a crise estrutural que vive a Saúde Pública no Brasil e a má administração dos recursos públicos.**



JOSE VIDAL

## O movimento agora é de massas

Paulo, já está bastante claro que esse movimento dos médicos residentes, trouxe à tona várias questões. Não só a questão de residência, em si, do assalariamento, a divisão de trabalho dentro dos hospitais, mas a questão da saúde no Brasil e a própria questão da greve e da organização dos médicos. A primeira pergunta é: o que você pode considerar como vitórias parciais já alcançadas?

Esse é o primeiro momento em que o movimento dos residentes se transforma em movimento de massas. Antes só debatíamos assuntos técnico-científicos. O problema trabalhista só afluiu em 74. A partir daí é que as entidades ganharam maior penetração. Esse ganho organizativo é o que chama mais atenção, à primeira vista. Aqui no Rio nós tínhamos contato com uns sete ou oito hospitais: hoje a AMERERJ lida e dá conta de um movimento que abrange mais de 40 hospitais, todos eles com representantes, comissões ou associações hospitalares eleitas e ligadas à entidade regional. Não foi fácil. A categoria médica está num processo de superação de suas próprias limitações ideológicas. Antes, o residente não via o seu trabalho como uma fonte de lucros para o hospital, mas como aprendizado; predominava uma visão de profissional liberal. Hoje, todos sabemos que somos força produtiva de mais valia apropriada pelos hospitais, e que isso é o principal. O Congresso de Olinda foi um marco nisso tudo. Os ganhos de politização também foram incríveis. Desde o Hospital dos Servidores, uma instituição tradicional e de elite, onde a repressão interna impedia até as reuniões do pessoal, e que agora tem representantes eleitos, onde agora estão exercendo, na prática, seu direito de greve, até o Ato Público, onde com um comparecimento em massa, destruímos a barreira de comunicação com o povo, enfrentamos sem a menor experiência anterior, a Polícia Militar. Em São Paulo, os médicos entraram em greve para apoiar os servidores. Já pensou? No Pedro Ernesto (Rio), os médicos só tomam iniciativas de-

pois de ouvir os auxiliares. A integração foi vindo sorrateira, mas apresentou um grande salto. Internos e bolsistas se somam aos residentes. E as organizações desaparecidas ressurgem, como a dos Estudantes de Medicina (desativada desde 73), como a dos Médicos Contratados (que acabou em 68). E tudo isso para não falar na grande transformação da estrutura sindical. O residente invade o sindicato como assalariado, não como profissional liberal. Isso é mais importante que os próprios movimentos de renovação que, no Rio e em São Paulo, levaram à vitória as chapas (sindicais) de oposição.

Quando é que o movimento começou a ganhar corpo? Como se chegou a esse piso salarial que vocês reivindicam?

O movimento começou aí por volta do fim de maio, com aqueles memoriais estabelecendo prazos para o atendimento das reivindicações, reconhecimento do assalariamento, piso e maiores verbas para a saúde. Quanto ao piso, nós chegamos aos 5 salários mínimos através de uma pesquisa feita no Hospital das Clínicas, em São Paulo. Afinal, nós fixamos em um pouco menos, 7 mil cruzeiros, porque percebemos que era a reivindicação mínima que mais aglutinava.

Como foi possível todo esse movimento espontâneo?

Espontâneo até certo ponto, não é? Trabalhando entre 60 e 100 horas semanais e ganhando uma ninharia, os médicos viviam uma situação de crise latente há muito tempo. Para você ter uma ideia, veja só. No Rio, a massa do Hospital dos Servidores, submetida a uma disciplina de colégio interno, sem a mínima experiência política, deixou de lado sua pretensão de simples equiparação aos níveis do INAMPS e optou pela participação na greve, reivindicando os 5 salários mínimos. Um dos hospitais que menos contato tinha com a AMERERJ, hoje é a ponta de lança de um movimento que arrasta mais de quarenta hospitais. O movimento começou com os residentes, sim, mas por que? É preciso compreender que a residência médica está no foco de toda a questão médica, desde a escola. Por ser o mercado de trabalho obrigatório da

**O movimento que hoje se estende por todo o país e que mobiliza 10 mil médicos residentes é o reflexo de uma nova realidade com que se depara a categoria médica: o assalariamento. Lutando por melhores condições de vida e de trabalho, os residentes não se opõem aos colegas autônomos típicos, pois, além de serem cada vez menos numerosos, sua racionalidade não exclui uma medicina voltada para as necessidades da população. Já terminando seu mandato como Presidente da AMERERJ - Associação dos Médicos Residentes do Rio de Janeiro, candidato à presidência da ANMR (a Associação Nacional), Paulo Gadelha concedeu esta entrevista ao EM TEMPO pouco antes de embarcar para Brasília, onde participa do Congresso que reúne as entidades de todo o Brasil. Ano passado, em Olinda, com a presença de cerca de 500 residentes, definiram-se os encaminhamentos das lutas pelos direitos trabalhistas da categoria. Agora vai se buscar uma definição frente ao problema do sindicalismo médico e, ao mesmo tempo, lançar-se as bases para uma rápida transformação da ANMR em entidade de massas.**

imensa maioria, faz com que os estudantes, desde o 1º ano, já discutam o que será a sua realidade a partir do 3º ano: o hospital. Os currículos são postos em questão e a residência está na raiz de todas as questões. O que é o interno? O sexantista, isto é, o residente do ano que vem. O que é o quintanista? A mão de obra sub-sub-empregada das clínicas particulares, principalmente, nos bairros de periferia, na Baixada Fluminense. O que é o auxiliar de enfermagem? Sem nível universitário ou treinamento profissional anterior, ele ganha com auxílio, mas trabalha como enfermeiro. O auxiliar de enfermagem está para o enfermeiro assim como o residen-

te está para médico de staff. Embora o número de residentes seja equivalente ao dos médicos contratados, são os residentes que carregam 70 a 80% do hospital nas costas. A Organização Mundial de Saúde manda que haja 4 enfermeiros para cada médico; no Brasil a proporção é justamente inversa: 4 médicos para cada enfermeiro. A maior parte, auxiliares de enfermagem. Para não falar da aberração de existir residência para as carreiras para-médicas, assistência social, nutrição etc. Como não existe proliferação de escolas para essas profissões, como o mercado de trabalho não está absolutamente saturado, fica claro que se trata,

nesse caso, mais do que evidentemente, de exploração de mão-de obra barata mesmo. Agora você ainda acha que isso vai dar em movimento espontâneo, é?

Mas por que os residentes partiram na frente?

Porque estavam melhor organizados. O processo foi estranho, sim. Veja bem. A Associação Nacional existe desde 1967, mas as regionais só foram surgir a partir de 1974. As associações hospitalares estão brotando agora. De início foi de cima pra baixo, burocraticamente. Agora, nós nos beneficiamos da já existência de condutos de comunicação e organização mais amplos. O feitiço de quem bolou esta coisa virou contra o feitiço. Depois eu já frizei, os residentes se encontram no ponto mais crítico da contradição.

E mesmo criadas desta forma as associações de caráter mais geral, estaduais e nacional, como podem ser tão representativas?

Bem, as estaduais são eleitas pelo voto direto dos residentes. A nacional é eleita pelos que comparecem ao Congresso. Há algumas limitações para o voto no congresso (cada bancada não pode ter mais do que 10% dos residentes de cada hospital). Mas são coisas do velho estatuto, estão em descompasso com o movimento atual e serão certamente reformuladas. De qualquer forma, no Congresso de Campinas, em 76, compareceram 200 delegados; em Olinda, no ano passado, foram mais ou menos 500. Este ano estamos esperando um comparecimento de mais de 800. As associações são representativas porque não estão atreladas à legislação corporativa, porque têm apoio das organizações de base hospitalares e porque são combativas. O assalariado foi assumido frontalmente pela ANMR e isso representou muito.

Mas me diga, Paulo, o movimento não prejudica o atendimento à população?

É óbvio que prejudica, quando nada porque a via de atendimento nos pronto socorros torna-se mais demorada, o processo eletivo dos casos mais graves fica ainda mais precário. Do pronto socorro o pa-

ciente é jogado para o pronto-atendimento e, aí, acaba sendo medicado por telefone, pelos médicos contratados, sem qualquer pré-exame, com base em avaliações subjetivas, indiretas, nem um pouco adequadas. Com isso se prova cabalmente que a mão-de-obra residente é indispensável. De qualquer forma, é preciso deixar bem claro que a repercussão não está se dando nos setores de emergência, que os hospitais vem mantendo de uma forma ou de outra e para o qual os residentes estão dispostos a acorrer, se for emergência mesmo. Nos lugares onde a população foi mais esclarecida pelas entidades, através de notas e atos públicos, a receptividade tem sido completa e total. Fica desvendada a verdadeira situação do atendimento nos hospitais. No Rio, os médicos do DINSAM elaboraram um documento em que demonstram a falência de um serviço que conta com um médico para 130 pacientes, atendidos sempre em condições péssimas de higiene. Durante o movimento, cada residente tem sido, por estímulo das entidades regionais, uma fonte de informações sobre como se dá o atendimento em seu hospital. Há casos de serviços parados por falta de luvas estocadas no almoxarifado, mas que a administração não sabia que haviam sido compradas e, por isso, não providenciava a distribuição. E vai por aí.

(Leda Soares)









# Teatro infantil, fincado nos próprios pés.

Fanny Abramovich

Entre os dias 7 e 16 de julho aconteceu em Curitiba o V ENCONTRO NACIONAL DE TEATRO INFANTIL e o V SEMINÁRIO DE DRAMATURGIA INFANTIL, numa clima de inquietude, de vivacidade e quase de voracidade por saber quais os caminhos que deveria tomar o teatro infantil. Uma plateia de gente jovem, profissionais ou amadores de teatro feito para crianças, grupos ou representantes de elencos do Rio, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, inquieta e agilmente colocava suas perplexidades, dúvidas, dificuldades e acertos. Neste clima estimulante e vivificante, o programa dos organizadores do Encontro propunha atividades durante os três períodos: pela manhã, conferências; a tarde, apresentação de espetáculos de grupos convidados e à noite, discussão da proposição do grupo que havia encenado sua peça e debate com o público sobre a qualidade e a coerência entre o proposto e o visto.

**Novo sinal dos tempos! Quem já participou de uns dois encontros ou festivais de teatro/dramaturgia infantil era capaz de prever, tinton por tinton, o desenrolar das discussões do V Encontro Nacional de Teatro Infantil realizado em Curitiba. Com certeza viriam alguns paladinos da "inocência infantil" defender montagens de Chapeuzinhos Vermelhos e similares; viriam os pedagogos reivindicando que os dramaturgos ensinassem os rebentos a "aceitar a realidade", viriam sanitários reclamar que os escribas de teatro para crianças não propagandassem a ingestão de vitaminas!**

**A seguir um relato de quanto esse encontro se diferenciou dos demais, sobretudo pelo grau de inquietação de seus participantes.**

**P.S. Novo sinal dos tempos! Os censores, antes muitas vezes até convidados de honra desse tipo de evento, estiveram ausentes do encontro e tentaram entrar pela porta dos fundos. Comunicaram à organização do festival que tinham uma excelente notícia para dar e que exigiam uma reunião com todo o pessoal. Recusa geral. No dia seguinte, novo recado, novatática desemeiar confusão: mandarem, dizer que haviam sido convidados para uma reunião pela Associação de Teatro Infantil de Curitiba. A presidente da Associação dirigiu-se a um dos censores e pediu-lhe que dissesse de onde partira o convite. Ele não soube responder. E reunião não houve.**

Oito grupos se apresentaram, com diferentes propostas e visões do que seria um espetáculo dirigido à criança: propostas lúdicas, de criação coletiva, de teatro convencional (com tónicas repressivas e punitivas), de utilização de técnicas do kabuki e do nô, de bonecos extremamente elaborados, de bonecos improvisados e de resgate de toda uma cultura brasileira através do folguado, discutindo o nascimento e a morte. Colocações intuitivas, pesquisa e mitos e lendas, absorção de padrões estrangeiros de estéticos, preocupações com a realidade circundante, o prazer da grande brincadeira, a repressão de todo o comportamento espontâneo, o lidar com o choro e com o riso igualmente valorizados... Textos elaborados, roteiros simples a serem improvisados, reelaboração consante da narrativa e das situações vividas pelos personagens... Se não se teve oportunidade de se ver grupos de todo o Brasil, pode-se ter um painel significativo das procuras e caminhadas de alguns grupos - que de certa maneira - sintetizaram o panorama do nosso teatro infantil.

Durante as palestras e debates, a preocupação que, nos 1<sup>os</sup> dias tinha sido esteticista e tecnicista, mudou para uma reflexão maior sobre a criança a quem se dirige, as propostas de vida e de comportamento que se faz a ela, a visão de mundo que se passa, a procura da própria criança dentro de cada adulto, as raízes da nossa cultura e da nossa vida, as nossas próprias fontes de nutrição, para encontrar caminhos indicativos de andanças e de mudanças...

Paralelamente à programação do ENCONTRO, muitas reuniões aconteceram: com a Associação Brasileira de Teatro de Bonecos e de sua organização no Paraná... Com Orlando Miranda - diretor do S. N. T. - quando representantes de todos os grupos de teatro do Paraná, fizeram suas reivindicações: divulgação clara de todos os eventos programados

pelo S.N.T. através da ATIC; uma planta arquitetônica para a construção de um teatro destinado exclusivamente a espetáculos infantis, pois já possuem um terreno para tal; reestruturação da campanha das kombis uma vez que consideram inadequada a época e a ausência de critérios para a seleção dos espetáculos tem geral, montados em cima da hora, com o intuito único de aproveitar as verbas e não ajudando em nada a ideia de popularizar o teatro; resolveu-se que a ATIC assumiria a organização da campanha, porém mantendo-se a época, que e padronizada para todo o país; solicitação de um projeto de interiorização dos espetáculos, intercambiando peças montadas em todo o Estado, proposta que foi considerada - no momento - insequível, por sua grande envergadura; circuito teórico-prático de cursos em três polos do Paraná (Curitiba, Cascavel e Londrina) com aulas de dramaturgia, direção e interpretação, que por ser um projeto complicado, ficou se ser melhor estudado e re-proposto. Reclamaram ainda os representantes de grupos da falta de salas de espetáculos, da má qualidade das já existentes, de dificuldades de convênios com as Prefeituras e organismos culturais estaduais... Como se vê, facilmente, nesta alhagem de reivindicações, a maioria delas não dependia diretamente da atuação do S. N. T., mas parece que os grupos perderam a capacidade de encontrar soluções outras, de não depender de intermediários estatais para problemas menores, de iniciativa para a solução do realmente significativo, de hierarquização de seus problemas, de clareza sobre suas necessidades reais e profundas... Tanto que os cursos que segundo eles são prioritários - foram discutidos em último lugar, já sem maiores possibilidades de exigências de fato... Enfim, a perda e distante visão e procedimento do como fazer política...

que se tornou menos passiva e daí tudo ter ficado menos estagnado, permitindo uma relação dialética entre os que fizeram o espetáculo e os que o assistiram, pois coisas começaram a aparecer de fato, quando as pessoas se colocam e se expressam...

Outros depoimentos se concentraram na seriedade do ENCONTRO, que trouxe pedagogos e psicólogos para os debates, fazendo sentir que teatro é educação e que ator de teatro infantil é educador (sem precisar ser professor).

Para outros, a importância maior ficou em "se fincar nos próprios pés", saindo das expectativas dos órgãos federais... no fortalecimento da ATIC enquanto entidade, tornando claro que os grupos que não participaram foi por buscarem outra filosofia de trabalho, raciocínio este que foi completado por quem sentiu que o grau de politização (não entendido enquanto palavras de ordem) foi presente e constante, por que o ENCONTRO foi coordenado por uma entidade - a ATIC - e não pelo Estado, diminuindo a dependência das tutelas governamentais.

Teve também quem ressaltasse a importância do acontecido como uma abertura para o pessoal do interior, para aqueles que estão iniciando, que saíram muito estimulados para o seu trabalho... Ou ainda quem viu esta abertura pela ausência de estrélas, o que permitiu que todos falassem, que fluísse um processo democrático... E ainda quem ressaltasse que, anteriormente havia Festivais, onde questões estranhas e exóticas eram postuladas, mas o nível de troca de experiência era muito superficial, enquanto que neste ENCONTRO se explicitou com maior clareza os elementos decisivos: compromisso de quem faz arte para com quem assiste, a relação com o público, o que foi uma modificação essencial!

Ao nível das preocupações surgiu como relevante o conhecimento da criança e a disposição para um diálogo, para uma discussão aberta, como forma de crescimento... A similitude de preocupações entre os grupos: ao nível do social, ao nível da criança e ao nível do artista que quer se expressar como uma inquietude comum a todos e da importância de se tirar as máscaras para se chegar a depoimentos verdadeiros e autênticos... Embora, houve quem lembrasse que as grandes questões permanecem: a criança e o público, a política cultural do governo e a censura, que não chegaram a ser clarificadas.

Outra questão levantada nesta avaliação foi a da seleção dos grupos convidados e aí as opiniões divergiram: houve os que pediam enfaticamente grupos escolhidos com maior critério e com a prévia assistência, dos organizadores, do espetáculo a ser apresentado; houve quem lembrasse que a preocupação da coordenação foi justamente ter

uma escolha diversificada, mostrando linhas diferentes de trabalho: teve quem refutou dizendo que, se não houve um salto de qualidade em relação aos ENCONTROS anteriores, abriu-se um leque de perspectivas novas... E houve quem defendesse a apresentação de espetáculos de baixo nível, porque permitiram uma discussão maior, uma profundidade e clareza nas análises críticas e uma maior aproximação com um painel real e verdadeiro da maioria dos espetáculos infantis brasileiros...

Quanto a organização dos debates, várias reclamações da falta de um coordenador, que facilitasse uma maior objetividade... Mas a este argumento, foi contraposto, que esta falta de coordenação é que permitiu uma soltura maior, o que foi estimulante, levando a novas posturas e quebrando ranços antigos... E teve quem lembrasse o quanto não sabemos nos reunir, e que e aí que estamos iniciando uma aprendizagem...

Quanto aos erros ou deficiências maiores foram apontados: a não permanência dos grupos e conferencistas durante todo o ENCONTRO o que levou a uma descontinuidade nos processos de troca; a presença de alguns atores e/ou diretores somente no dia do seu espetáculo, tornando a experiência fracionada... A ausência dos críticos, que sem terem vivenciado todo o processo, provavelmente, vão continuar a questionar e a cobrar resultados, segundo outros pontos de vista... Um horário muito corrido e espremido de atividades, que não permitiu um tempo individual para refletir, andar, sentir e ver o mundo... Um certo desconhecimento do que iria acontecer, ou seja, uma divulgação melhor mais clara e bastante antecipada, permitindo uma participação anterior à data do início do ENCONTRO, vindo já as pessoas munidas e instrumentadas sobre os temas a serem debatidos... E a lástima da ausência dos grupos de teatro infantil do Paraná (quase 30), sobretudo os da própria Curitiba, levantando a dúvida: foi falta de coordenação ou de crédito?

Várias sugestões foram propostas pelo plenário vivo, curioso e participante: um encontro paralelo dos comentaristas culturais de todo o país para que analisassem o seu papel e conquistassem o seu espaço... Aproximação com a imprensa alternativa, tomando um espaço para a discussão sistemática dos espetáculos infantis... Convidar para o próximo ENCONTRO professores e outros profissionais de educação...

Preparação de um material teórico antecipado, que permitisse maiores elementos para a discussão... Realizar as sessões em espaços em forma de arena que permitam uma aproximação e visualização melhor de todos (falantes e ouvintes)... Diminuir a intensidade horária, fazendo as conferências emergentes dos debates após os espetáculos apresentados... Ter horários para a apresentação de temas livres... Edição

de um boletim mensal da ATIC, com temas para discussão, anexo ao programa de todos os espetáculos infantis em cartaz, e tornando este boletim diário durante o ENCONTRO... Tentar fazer com que a ATIC seja ATIP (ou seja de Curitiba, paranaense)... Marcar como data do VI ENCONTRO, a primeira quinzena de julho de 1979.

Enfim, não se viveu um clima de Festival, com estrelismos, disputas de prêmios, consagrações de trabalhos como modelos a serem seguidos... Vivemos um encontro sério, aberto, polêmico, inquieto, sem pontos finais e com muitas interrogações (ou, ao menos reticências...), onde as pessoas se colocavam de uma maneira viva, porosa, sensível, curiosa... Onde não se aclamou nenhum trabalho como proposta única a ser seguida por todos, mas se percebeu que na procura divergente, variada, aberta para o mundo e aberta para si mesmo, é que se poderá encontrar pistas para o crescimento e a mudança de cada linha e de cada grupo. Um ENCONTRO profundamente revitalizador, como deveriam ser todos!

## Programação do encontro

- GRUPO FONFUNCIONÁRIOS DA ARTE - Curitiba - "Era uma vez uma história"
- TEATRO EXPERIMENTAL DECISÃO - Londrina - "Os meninos cantores de Ping Pong"
- MARTI E ACAIABE PROD. ARTISTAS - S.P. - "Vamos Jogar o Jogo do Jogo"
- GRUPO KABUKI - NO - R.J. - "O Leão sonhador na cidade egoísta"
- GRUPO DE TEATRO GALHA AZUL - Lages (S.C.) - "Lages La La, Lages Ge Ge"
- NÚCLEO DE ARTE DA URCA - R.J. - "Tá na hora, tá na hora"
- GRUPO DE TEATRO SERGIO ILHA - Porto Alegre - "Os sapatinhos vermelhos"
- TEATRO VENTO FORTE - R.J. - "Mistério das nove luas"
- CONFERENCISTAS - Temas
- Avaliação de um trabalho - Lilian Wochnicz
- Atual política cultural do teatro infantil - Humberto Braga (S.N.T.)
- Associação brasileira de teatro de bonecos - Fernando Augusto Santos
- Associação de Teatro Infantil de Curitiba
- Dsenvolvimento e necessidades da criança - Fanny Abramovich
- Conscientização do adulto diante da plateia - Fanny Abramovich
- O papel da crítica no teatro infantil - mesa redonda com jornalistas
- Dramaturgia infantil - Maria Helena Kuhn

30ª Reunião Anual da SBPC:

# Correndo atrás da Ciência

Salas cheias, conferências ao ar livre, falta de microfones. Um estudante revoltado sai correndo para pegar um lugar na sala GH-17 e solta uma frase que talvez sintetize em poucas palavras o espírito da SBPC, na opinião de muitos: - "sacanagem a gente ter que ficar correndo atrás da Ciência".

Este tipo de visão contrasta, certamente, com a dos organizadores da 30ª reunião anual da SBPC. "Como sempre, é a oportunidade de reunir cientistas e pesquisadores de várias partes do Brasil para discutir o seu trabalho", diz Carolina Bori, uma das diretoras da Sociedade.

Estudantes, professores, profissionais de diversas áreas estavam desajeitados, na verdade, em encontrar respostas que ultrapassassem o nível da retórica e estivessem ligadas a uma realidade marcada pela crescente mobilização e organização de massas nos mais variados setores, contribuindo para a definição dos rumos políticos dos movimentos em curso. Esta, certamente, a explicação para a defasagem tão grande entre a avaliação do estudante e a da diretora da SBPC. A defasagem entre a exigência atual dos movimentos populares e a capacidade de explicação da realidade atual por parte dos diversos conferencistas e debatedores colocou em questão, entre outras coisas, o próprio papel do intelectual, como o demonstraram vários depoimentos.

### A serviço de quem?

A serviço de quem se coloca o intelectual brasileiro? Não se trata, certa-

mente, de uma questão nova. Entretanto, o ascenso do movimento de massas, em especial das classes trabalhadoras, coloca o problema de forma mais contundente, porque desmistifica a pretensa "neutralidade da ciência" e a figura do "intelectual autônomo" que paira acima das classes.

"Em 1978, a SBPC ficou atrás do movimento da sociedade. Acho que a crise não é da SBPC, a crise é do intelectual. Acho que a repetição não é o fato das pessoas falarem as mesmas coisas. É que o movimento da sociedade está mais na frente. Então, soa repetitivo algumas coisas que você já ultrapassou do ponto de vista do movimento geral. Então a questão que se coloca é a do reposicionamento do intelectual. E nisso não é apenas a SBPC que está envolvida mas é toda a universidade", afirmou um professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

"A SBPC não está abrindo muito o debate em questões políticas que estão ocorrendo a nível nacional. Em algumas conferências que assisti, algumas pessoas levantaram questões na tentativa de discussão e a mesa ou fugia ou colocava outras questões na tentativa de diluir as questões levantadas", lembrou Clariza Carvalho Cruz, da Sociedade Paranaense de Sociologia.

"Eu assisti quase todos os debates sobre agricultura. Para mim, de forma geral não acrescentou muito, as coisas ficaram circunscritas ao que se vem discutindo há algum tempo. Um dia destes eu vi uma palestra sobre relações de trabalho no meio rural e o que

**Afinal, qual foi o saldo da 30ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência realizada há duas semanas em São Paulo? Que novas questões foram levantadas pelos cientistas na tentativa de explicar a atual conjuntura no país?**

**A julgar pelo descontentamento de participantes reunidos durante uma semana na Universidade de São Paulo - USP -, pouca coisa se acrescentou de novo, pouco ou quase nada foi refletido mais profundamente.**

a gente percebeu é que o pessoal começou a apresentar trabalhos inacabados, trabalhos só de dados, relatórios de metodologia, etc", criticou Nilson de Paula, economista do Paraná.

### E os trabalhadores?

De maneira geral, a falta de uma reflexão mais profunda sobre os assuntos em debate marcou a 30ª reunião anual. Nas conferências sobre democracia, nada de novo sob o sol. No fundo, foram apelos à democracia. O papel dos trabalhadores nas alternativas apresentadas não passou de base de pressão para a conquista de uma "democracia estável e duradoura".

Um dirigente do Diretório Central dos Estudantes Alexandre Vanuchi Leme, da USP, constatou exatamente isso: " - Eu pude assistir alguns simpósios como aqueles que abordaram questões de cultura, literatura, rela-

ções da Igreja e Estado, democracia, etc. O que se pode notar é que por falta de uma perspectiva classista, a grande maioria dos professores que falaram assumiu para si certas reivindicações dos trabalhadores numa ótica paternalista e pequeno-burguesa. Em nenhum momento foi colocada a questão da separação da sociedade de classes. Faltou o conteúdo classista para a totalidade das conferências".

O professor Valmir Martins, da Universidade de Santa Catarina, teve impressão semelhante. "A maioria dos conferencistas - diz -, apesar de terem de uma forma ou de outra se referido aos trabalhadores como setor dinâmico da sociedade brasileira, não fez uma reflexão sobre a situação histórica dos trabalhadores para refletir sobre o porque de seu atual nível de organização. O que se viu na verdade é que a maioria dos conferencistas apresentou a proposta democratista para o atual impasse político como se fosse a posi-

ção que estariam defendendo os trabalhadores brasileiros. Poucos foram os professores que fizeram uma reflexão exaustiva dos vários momentos conjunturais da sociedade brasileira e do peso que tiveram os trabalhadores brasileiros e por que apresentaram este ou aquele pe o nas diversas conjunturas.

"O que nós vimos na maioria dos casos foi um conferencista refletir em cima daquilo que hoje os liberais na sociedade brasileira, alguns setores do empresariado e intelectuais estão colocando. Os conferencistas apresentaram de uma forma mais ou menos radical o que estes setores estão colocando. E estes setores estão muito mais perto do bloco dominante que do bloco dominante da sociedade. Este tipo de enfoque é que prevaleceu na SBPC", concluiu Valmir Martins.

### A organização

Se as conferências, painéis, comunicações coordenadas, etc., não contribuíram muito para alargar as "fronteiras do conhecimento" (tema da 30ª reunião anual), é incontestável o aproveitamento do espaço pelos estudantes, professores, profissionais das diversas áreas, para avançar no sentido de sua organização. O DCE da USP situa o espaço conquistado na SBPC para a organização dos estudantes como resultado mais significativo do encontro.

"O saldo mais importante da SBPC para nós estudantes - diz um representante da entidade - foi o seu aproveitamento para nos organizarmos. Os estudantes puderam fazer seus encontros a

nível nacional; pudemos organizar atividades para dar um salto em relação à organização atual do movimento estudantil em todos os níveis (comissão pró-UNE, DCEs, UEEs) e discutimos a mobilização nacional pela anistia, realizamos um ato público para nos posicionar em relação às greves que estão ocorrendo."

Na mesma direção foi a avaliação da União Estadual dos Estudantes e de São Paulo: " - o saldo positivo da SBPC foi o avanço na organização dos estudantes e de profissionais. Durante a reunião, uma série de coisas foram definidas, tanto nas questões das áreas específicas como nas de nível nacional, como é o caso da comissão pró-UNE, que aproveitou este período para uma série de reuniões e debates sobre a conjuntura atual".

Os professores de vários pontos do País buscaram espaço também para várias reuniões paralelas. "Do ponto de vista da organização dos professores, foi bastante interessante. Houve possibilidade de encontrar-se com pessoas das associações de docentes de todo o País. Discutimos possíveis trabalhos conjuntos ainda este ano, inclusive a viabilidade de um encontro nacional de movimentos de oposição de docentes. Por outro lado, houve troca de experiências do pessoal da oposição sindical de São Paulo, Rio, Bahia e outros Estados. O maior saldo de SBPC talvez tenha sido mesmo o seu papel de ponto de encontro, discussão de algumas propostas e continuidade da luta", concluiu um professor do Movimento de Oposição Aberta dos Professores de São Paulo.

(Hamilton Faria)



# O Peru não é o mesmo depois da Constituinte

EM TEMPO nº 17: "Se as forças integrantes dessas duas frentes reduzirem ao mínimo o inevitável desgaste que suas reorganizações internas provocarão e souberem conservar suas ligações com o movimento operário avançado, as massas peruanas poderão contar com uma alternativa verdadeiramente socialista e revolucionária e oferecer uma resposta, a nível de poder, para as lutas que se colocarão diante delas, em continuação às barricadas e greves gerais que apressaram a crise do regime militar". (C.E.)

Milhares de professores e universitários manifestaram-se nas ruas centrais de Lima e responderam com pedras e barricadas às bombas de gás lacrimogêneo lançadas pela polícia; o maior partido de esquerda - Partido Socialista Revolucionário (PSR) divide-se em duas facções, uma reformista, mais ligada ao velasquismo (Velasco Alvarado), e outra que se afirma marxista-leninista; deputados de esquerda recusam-se a prestar juramento perante a Bíblia - eis o clima sugestivo em que foram iniciados na semana passada os trabalhos da Assembléia Constituinte no Peru.

Pouco mais de um mês decorreu das eleições, e a vida política do país dificilmente voltará a ser a mesma. Pela primeira vez em mais de 50 anos de vida política o fundador do APRA, Victor Haya de La Torre, recebeu honras militares; seu partido foi o grande vencedor das eleições, tendo conquistado 37 cadeiras, e o veterano líder peruano, velho conhecedor das prisões de sua pátria, é agora o presidente da Assembléia Constituinte.

Uma de suas primeiras declarações foi assegurar que a Constituinte arcará com as despesas de regresso ao Peru de todos os exilados na última fase do governo Bermudez. Exilados em represália por sua liderança na greve geral de 22 e 23 de maio) e entre os quais se encontram alguns dos deputados eleitos pela esquerda.

Além de Haya de la Torre, a Assembléia abriga outros inimigos históricos dos militares peruanos. Entre eles está Hugo Blanco, líder camponês e guerrilheiro, a um dos líderes do Partido Socialista dos Trabalhadores, organização filiada à IV Internacional; a candidatura de Blanco foi o grande trunfo eleitoral da FOCEP (Frente Operária, Camponesa, Estudantil, Popular), que conquistou 12 cadeiras na Assembléia, para um total de 30 atribuídas aos candidatos da esquerda.

Esta vitória tornou a FOCEP numa espécie de árbitro dos rumos futuros da esquerda peruana. Assim, revestem-se de grande importância as declarações de Hugo Blanco, de que não entrará



Hugo Blanco, o líder da esquerda peruana na Constituinte

em qualquer acordo com o APRA, ou com o PCP (seis deputados eleitos) ou o PSR do general "velasquista" Leonidas Rodríguez Figueroa (6 deputados). São declarações que fortalecem as alas esquerdas dentro destes partidos, e que apontam para a mobilização e organização independente da massa de camponeses analfabetos - a grande ausente destas eleições de 18 de junho. Sem o despertar do campesinato indígena, todos os movimentos urbanos, como as greves gerais de julho de 77 e maio de 78, limitar-se-ão a pôr em cheque o regime, sem apontar uma saída realmente revolucionária para a sociedade peruana - e Hugo Blanco, organizador dos camponeses de seu país desde 1963, sabe disso melhor que ninguém.

## A divisão do PSR

Era previsível que o insucesso eleitoral do PSR viesse acelerar o processo de luta interna no seio do partido, principalmente contra os setores que definiram a linha de flerte com a chamada "primeira fase da revolução peruana". A maioria das bases do PSR abandonou a liderança do general Leonidas Figueroa.

Encabeçada por Antonio "Chango" Aragón, a nova direção do PSR critica o velasquismo dos dirigentes anteriores e propõe, para a nova conjuntura que se abre para o Peru,

a centralização do movimento operário e popular e a unidade da esquerda.

Eis as três razões fundamentais que levaram a maioria do Partido Socialista Revolucionário a romper com os setores "velasquistas" segundo Antonio "Chango" Aragón:

1) A incorreta linha política aplicada pela Secretaria Geral, que se caracterizou por seu distanciamento das lutas populares. O PSR quase desapareceu da luta política de fome e repressão de Morales Bermudez. 2) Para poder levar a linha política reformista tiveram que desco-

nhecer dirigentes e criar organismos paralelos; tiveram que falar em nome do partido em seu conjunto com plena consciência de que a maioria dos dirigentes e as bases estavam em desacordo com essa linha.

3) Refere-se à absurda e custosa campanha eleitoral, que muitas das vezes criou confusão ideológica; promoveu o personalismo e um caudilhismo incompatíveis com o princípio do PSR; retirando o apoio material necessário requerido pelas mobilizações populares. (A.M.)

# Equador : o 1º turno é da oposição.

A junta militar equatoriana resolveu ser "limpa" durante as eleições. Talvez confiando no casuismo que impediu a candidatura do maior líder populista do país, Assad Bucaram, da Concentração de Forças Populares. A junta do vice-almirante Alfredo Paveda, às vésperas das eleições, proibiu, surpreendentemente, que "equatorianos filhos de estrangeiros pudessem se candidatar à Presidência da República". Bucaram é filho de libaneses. Que fez o líder populista? Canalizou sua força partidária para Jaime Roldos, casado com uma de suas sobrinhas. E o que aconteceu com o candidato do regime? Perdeu feio e quase não consegue o segundo lugar, para disputar o segundo turno.

As eleições presidenciais, que se rea-

lizaram no Equador no dia 16 de julho, apontam na tendência de mais uma vitória das forças populares, em mais um país latino-americano que está saindo de 8 anos de ditadura militar.

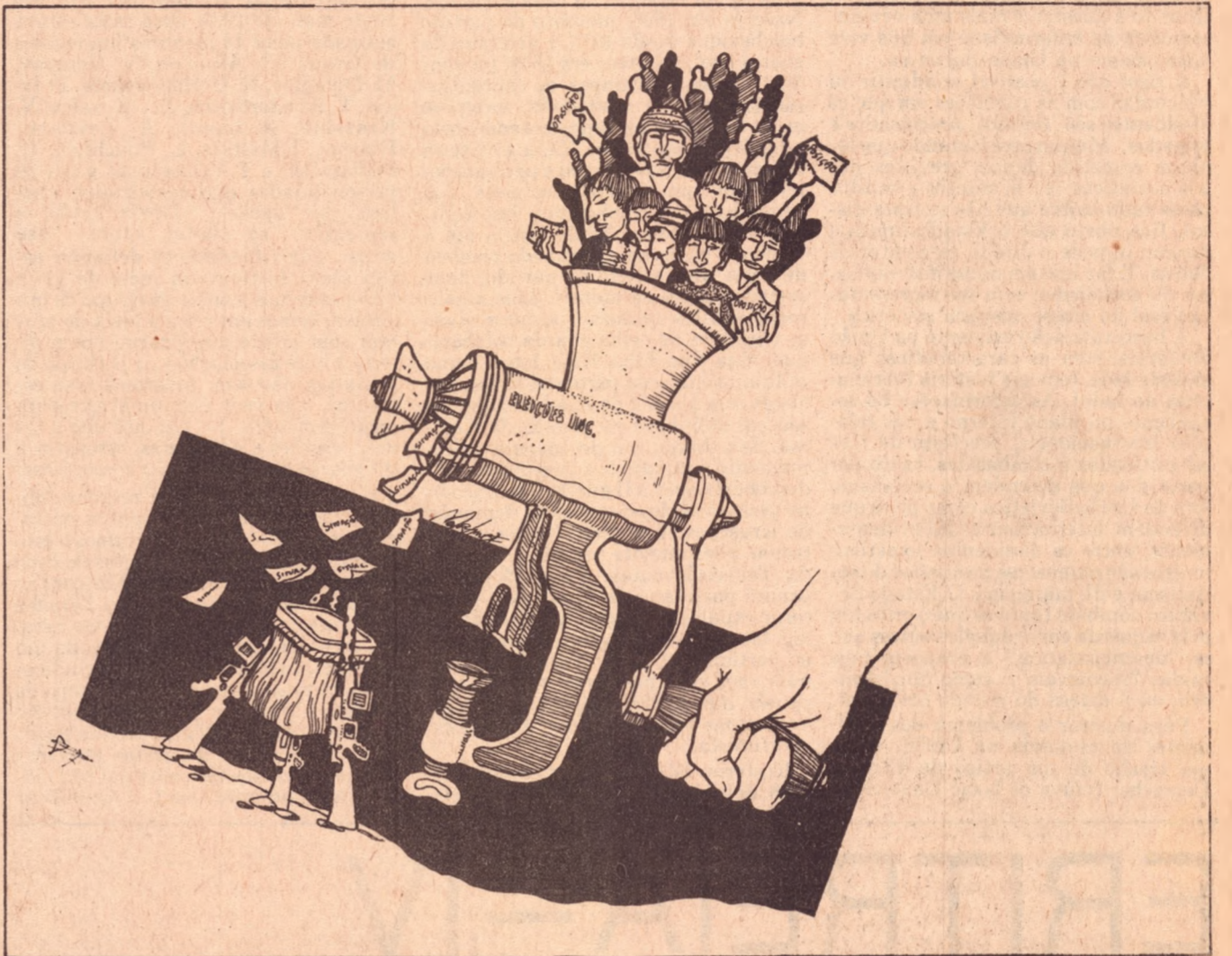
A Concentração de Forças Populares (CFP), que tem como candidato Jaime Roldos Aguilera, computados mais de 70% do total de votos, obteve 497.644 votos, equivalente a 32% dos votos. Em 2º lugar está o candidato da Frente Constitucionalista, Sixto Durán Ballén, que é apoiado pelo regime militar que está saindo de cena, que obteve 340.447 votos equivalente a 23% do total.

As outras forças políticas já estão eliminadas da disputa eleitoral, pois a Constituição diz que o candidato tem que ser eleito com a maioria absoluta de votos, caso contrário deverá haver outra eleição, provavelmente em se-

tembro, somente disputando os 2 candidatos mais votados nas primeiras eleições.

Jaime Roldos candidato da CFP, é o provável vencedor do 2º turno eleitoral, pois as massas populares tendem a votar na única tendência política que colocou em cheque a ditadura militar.

Pois Roldos afirmou: "Minha aliança é com o povo, que tem que definir-se por quem representa seus interesses, pois não tenho vínculo nem com a ditadura nem com a oligarquia." Na ausência de partidos operários que colocassem uma nova alternativa social, as massas populares apoiaram o candidato, que no discurso foi o mais radical. Isso devido ao fato de que os partidos que se diziam representantes das massas populares não apresentaram alternativas sociais.



# CUBA II Fidel: "Não é fácil matar um cubano".

Na entrevista que concedeu, em Havana, a três jornalistas norte-americanas, Fidel Castro, primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba e presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros do País, fala sobre os soldados cubanos na África, a guerrilha antigovernamental em Angola, a safra açucareira de Cuba deste ano e dos presos políticos e comuns dos Estados Unidos. A primeira parte da entrevista foi publicada no número anterior do EM TEMPO.

E. Rabel - Presidente Castro, supondo que você tenha estudado as lições dos americanos no Vietnã, não acha que a participação cubana na África poderia converter-se em algo similar para Cuba?

FIDEL CASTRO - Eu não vejo risco em nenhuma parte, porque os Estados Unidos no Vietnã estavam apoiando um governo corrupto, impopular, reacionário, neocolonialista e nós colaboramos com governos progressistas, governos populares que têm o apoio das massas, do povo. E nós os temos apoiado não em seus problemas internos, mas sim em sua defesa contra a agressão exterior. Não interferimos nos assuntos internos de nenhum país da África

E. Rabel - Continuando esta pergunta. Hoje as guerrilhas antigovernamentais em Angola têm informado que morreram 50 soldados cubanos e 61 foram feridos em Angola, recentemente. Até quando poderia Cuba suportar estes custos?

F.C. - E até quando vocês podem seguir acreditando nesta fantasia e nestas mentiras? São coisas absolutamente fantasiosas e mentirosas, que não merecem nenhum crédito. Não é tão fácil matar um soldado cubano, nem é tão fácil ferir ou agarrar a um soldado cubano. Isso é pura fantasia.

R. Valariani - Obviamente há muita coisa que você quer continuar fazendo em Cuba. Todavia aí está o raciocínio da alimentação e do vestuário. Por que vocês têm tantos soldados na África, com o grande custo que isso representa, com o grande peso que recai sobre a sociedade cubana?

F.C. - Bem, creio que cumprimos um dever elementar. Nos dois casos evitamos dois grandes crimes históricos. No caso de Angola, evitamos que os racistas sul-africanos se apoderassem desse país. No caso da Etiópia, ajudamos a evitar que a revolução etíope, numa nação de 30 milhões de habitantes, fosse desintegrada mediante a agressão externa.

Isto não demonstra que sejamos um país grande; nós somos um país pequeno. Não demonstra que somos uma potência militar; demonstra que somos uma potência moral, uma potência espiritual, que temos um povo generoso, revolucionário, altruísta. Para compreender isto, temos que saber qual é o sentimento dos cubanos. Quando aqui se solicitam voluntários para qualquer missão internacional, são milhares e

milhares de homens que se oferecem. Isso demonstra que temos um povo com uma consciência revolucionária.

Do ponto de vista econômico, não é tão custoso porque nossa gente leva uma vida abnegada e austera. Agora, o grosso do nosso trabalho é para o desenvolvimento econômico. E vou lhes dar outra notícia, aproveitando a ocasião, de que neste mesmo ano vamos ter a segunda maior safra da história de Cuba. Já estamos nos aproximando de uma produção de quase 7.300.000 toneladas de açúcar, e pensamos em ultrapassar brevemente esta cifra. Tomamos a decisão de abandonar a política de discricionar açucareira; vamos informar anualmente nossas produções.

Como vê, este ano vamos ter um grande êxito econômico neste sentido; além disso, estamos prontos para receber quase 20.000 jovens representantes de todo mundo no Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. Portanto, não podemos acreditar que os problemas internacionais nos roubam todas as nossas energias.

R. Valariani - Uma pergunta sobre problemas nacionais. Se fala de um poder moral. Você estaria disposto a libertar alguns dos prisioneiros políticos como, por exemplo, Hubert Matos, que está há 17 anos no cárcere, trocando-o por presos de outros lugares?

F.C. - Nós pusemos em liberdade muitos presos. Agora, nunca libertaremos nenhum preso contra-revolucionário através de pressões. Você menciona um caso, mas vou fazer uma pergunta que vocês poderiam fazer a Carter: por que não põem em liberdade Lolita Lebrón e os patriotas porto-riquenhos, que estão há mais de 25 anos presos?

Nos Estados Unidos há milhares de presos, que por questões de desemprego, de fome, têm que roubar ou cometer algum delito, e vocês não os põem em liberdade. Eu creio que vocês poderiam dar-nos o exemplo.

A grande maioria dos que foram prisioneiros por razões contra-revolucionárias, estão já em liberdade. No entanto, temos seguido uma política cada vez mais flexível e cada vez mais generosa ante este problema, e o dia que cessar a hostilidade dos Estados Unidos, cessar as agressões ao nosso país, então, teremos condições para sermos mais generosos com relação a estas pessoas a quem vocês se referem. (C.O.)

# Cai a farsa boliviana

A farsa eleitoral boliviana caiu por terra. De nada adiantaram os fantasmas que foram mobilizados pelo regime de general Hugo Banzer para votar no candidato oficial, general Juan Pereda Asbun. Apesar de sua condição transparente, os fantasmas foram devidamente detectados pelos partidos de oposição e pelos observadores estrangeiros que acompanharam as eleições. O Departamento de Estado, que continua empenhado em "moralizar" o quintal latino-americano, estrilou, manifestando-se "extremamente preocupado com as denúncias de fraude". O candidato da União Democrática Popular, o ex-presidente Herman Siles Zuazo, protestou e entrou em greve de fome, reivindicando a correção dos resultados, ou seja, a sua vitória. No mesmo dia em que a Corte Eleitoral da Bolívia "recontou os votos" e deu a vitória, "por maioria absoluta" a Pereda Asbun, o próprio Pereda pediu a anulação das eleições. Reunião de emergência. Na madrugada de quinta-feira, a farsa caía por terra: a mesma Corte anulava as eleições.

Dentro de 180 dias, no máximo, novas eleições no país, dessa vez com o regime totalmente desmoralizado e, certamente, já sem o general Hugo Banzer no poder. Ele promete "entregar o governo às Forças Armadas", e que só pode deixar todos atônitos perguntando: mas elas já não estão no poder?

O continuismo do regime não prevalecerá. A força das oposições e as pressões norte-americanas trabalham pela sua substituição a curto prazo. Resta esperar que a saída popular ganhe força e ocupe o espaço que a diplomacia do Departamento de Estado quer reservar para novas formas de dominação burguesa.

A ditadura de Hugo Banzer não conseguiu fazer as coisas bem feitas. Os bolivianos fantasmas que votaram nas eleições de 9 de julho, apesar de sua

condição transparente, foram devidamente flagrados pelos partidos de oposição e pelos observadores de outros países e da OEA (Organização dos Estados Americanos) que acompanharam a primeira consulta popular realizada no país desde 1966. Os resultados finais ainda não foram divulgados, mas a vitória do candidato do regime, general Juan Pereda Asbun, é considerada líquida e certa.

As denúncias de fraude, contudo, podem levar à anulação das eleições. A Corte Eleitoral da Bolívia já decidiu, na semana passada, rever a contagem dos votos. Depois, evidentemente, que o Departamento de Estado manifestou-se "extremamente preocupado com as denúncias das irregularidades".

No final da semana, o candidato da União Democrática Popular, da qual participa o Partido Comunista, Herman Siles Zuazo, resolveu entrar em greve de fome, protestando contra "o roubo eleitoral" e reivindicando a "correção dos resultados em função da vontade do povo". Greve de fome, aparentemente, passa a ser a forma de luta por excelência dos bolivianos contra a ditadura. Pelo menos depois que uma greve de fome de massa arrancou a anistia geral do regime, antes das eleições.

A oposição fez uma frente contra Pereda, prevendo a hipótese de a escolha presidencial ser feita pelo Congresso. Pela lei eleitoral, se nenhum candidato obtiver "a metade mais um dos votos", o Congresso escolherá o presidente entre os três mais votados nas eleições diretas. Como Pereda poderia vir a ser derrotado no Congresso, o regime deu um jeitinho de ele conseguir a "maioria absoluta dos votos", mesmo por meio de "urnas e bolivianos fantasmas".

Vamos ver se Banzer e Pereda vão ter condições de segurar essa manobra continuista, a essa altura do campeonato. (C.T.)

# PARAGUAI Frente Ampla contra Stroessner

Apesar da conhecida violência da ditadura de Stroessner, os partidos de oposição paraguaios estão articulando uma "Frente Ampla de Democratização". Três grupos - o Partido Liberal Radical Autêntico, o Partido Febrerista (Social-Democrata) e a Democracia Cristã - são os principais promotores da Frente que cresce à sombra da política de Direitos Humanos de Carter.

O governo de Stroessner, que tem cedido à pressão norte-americana, fato demonstrado na libertação de quase 160 presos políticos, alguns com mais de 20 anos de prisão sem processo; faz agora com a prisão do vice-presidente do Partido Liberal Radical Autêntico e ex-deputado Domingo Laino, um desafio direto à diplomacia de Direitos Humanos de Carter. O governo, depois de Laino ter regressado dos Estados Unidos, onde solicitou fossem cortados todos os tipos de ajuda "que colaborassem para sustentar a ditadura de Stroessner", o prendeu e através de Sabino Montanaro, do Partido Colorado, revelou sua disposição de julgá-lo tomando como motivo um processo de 1976, em

que alguns líderes da oposição foram julgados pela tentativa de organização de uma "frente", que em princípio, seria semelhante a que hoje está em pleno processo de organização. Sabino Montanaro acusa Domingo Laino de "vinculações com a extrema esquerda dentro e fora do País".

Depois de romper os vínculos coloniais com a Espanha em 1811, o Paraguai desenvolveu por seus próprios meios uma República das mais organizadas da América, que levou no progresso, à cultura e à libertação nacional. Já naquela época a propriedade era coletiva, estatal quase absoluta (98%), mas praticamente sem classe operária e sem a direção de um partido. Porém com o genocídio a que conduziu a guerra da triplé aliança (1864-1870), o País se foi afundando no atraso, na miséria e na exploração do capitalismo expansionista e dos grandes latifundiários e estrangeiros, situação esta que permitiu o aparecimento, mais tarde, de uma ditadura como a de Stroessner que dura há 23 anos. (M.O.)



"Nos Estados Unidos existem dezenas de milhares de presos que por razões de desemprego, de fome, tiveram que roubar ou cometer algum delito, e vocês não os libertam. Eu creio que vocês poderiam dar o exemplo nisso".

## 26 de julho, data histórica.

Há 25 anos, no dia 26 de julho de 1953, um grupo de guerrilheiros, liderado por Fidel Castro, realizou um ataque ao quartel de Moncada, em Santiago de Cuba. O programa dos que atacaram Moncada constituiu-se, ao mesmo tempo, em denúncia da exploração, da corrupção e da dependência imperialista existente, e também num programa patriótico e revolucionário que serviu de texto fundamental da Revolução Cubana.

Homens como Abel Santamaría, Nico López, Mario Muñoz, Julio Guitart, José Luis Tassende, Renato Guitart foram mortos no ataque, enquanto os outros foram presos na Ilha de Pinos, inclusive Fidel e Raul Castro. Juan Almeida e Ramiro Valdés. Este pequeno grupo saiu do cárcere ainda mais firmemente unido, e passou a ser conhecido como "26 de Julho". Já no México, o grupo preparou a expedição do navio Granma que ancorou nas praias de Las Coloradas para reiniciar a luta, no dia 2 de dezembro de 1956.

Em 28 de maio de 1957, o núcleo rebelde ataca o quartel del Uvero e se apodera de umas 60 armas. Surge outra coluna, comandada por Ernesto "Che" Guevara. O Exército Rebelde ocupa então um território onde não podem chegar as tropas da ditadura. E realizado em Havana, em 13 de março de 1958, o assalto ao Palácio Presidencial. Neste ano, são abertas novas frentes de luta na

provincia oriental, e "Che" Guevara determina da ilha das colunas rebeldes: Uma denominada "Antonio Maceo", chefiada pelo Comandante Camilo Cienfuegos, e outra, "Ciro Redondo", sob a liderança do Comandante "Che" Guevara. Partem da Sierra Maestra em agosto, cruzam a provincia oriental e chegam a Las Villas em outubro. Esta jornada se constitui no epílogo da luta contra a tirania. O comandante Guevara, junto com as forças do Diretório Revolucionário 13 de Março, liberta Fomento, Placetas, Sacti Spiritus, Remedios, Guibarién. A coluna de Camilo Cienfuegos obtém grandes triunfos na batalha de Yaguajay. Faz-se o cerco a capital de uma provincia, Santa Clara, onde estava instalada importante guarnição militar. A destruição de um trem blindado com tropas procedentes de Havana, nas quais o ditador Fulgêncio depositava suas últimas esperanças de êxito, é decisiva, seguida da rendição do quartel, a 1º de janeiro de 1959. Neste dia, Batista foge do país. As forças da reação e a embaixada norte-americana organizam um golpe de Estado. O povo, que havia seguido detalhadamente o curso dos acontecimentos, informado pelo rádio rebelde, entra massivamente em ação, e com uma greve geral, ordenada pelo Comandante em Chefe Fidel Castro, destrói-se a manobra. O povo cubano é libertado. (C.P.)



DEBATE

# Dissidentes soviéticos, prato feito para a imprensa ocidental.

**Com a ênfase que a questão dos dissidentes soviéticos foi tratada por toda a imprensa, inclusive rádio e televisão, consideramos necessário abrir um debate mais amplo sobre o problema, a partir das primeiras contribuições que chegarem às nossas mãos. O debate torna-se necessário, mais ainda, pela relação existente entre o problema dos dissidentes e as concepções de socialismo existentes, inclusive as que se voltam para a avaliação da realidade da União Soviética hoje.**

Os recentes julgamentos de dissidentes soviéticos significaram, mais uma vez, um prato feito para a imprensa ocidental. Incapazes (e completamente desinteressados) de analisar a enfermidade, os burgueses voltam todas as suas baterias para combater, e se possível matar, o doente. Toda a cobertura sensacional dos julgamentos volta-se para combater o socialismo. Quando a questão é mais uma vez sintomática da enfermidade em que vive o socialismo na União Soviética.

A rigor não é possível se admitir ou concordar com as condições em que os dissidentes são detidos, processados e julgados. Mesmo considerando que tenham cometido delitos previstos nas leis soviéticas (e em muitos e muitos casos tudo indica que não se trata disso), fica óbvio que o Estado limita e mesmo impede o direito elementar de defesa. E faz isso em nome dos interesses do socialismo, sem ter representação real da classe operária soviética.

A burocratização existente na União Soviética, com as características que assume hoje, tem sua história (ver matéria ao lado). As deformações do socialismo, no plano interno e nas relações internacionais, precisam de fato ser criticadas e combatidas, tanto por parte dos que defendem o socialismo fora da União Soviética como pelos que defendem internamente. E, evidentemente, entre os dissidentes soviéticos muitos são defensores profundos do socialismo e do marxismo. O Estado Soviético combate tanto os que o criticam pela esquerda como aqueles outros que se "desencantaram" e propõem hoje saídas "mediáveis", como Solzhenitsyn, ou a defesa do mundo ocidental.

Para ilustrar o problema dos dissidentes de esquerda na URSS, segue um trecho de um artigo de Tamara Deutscher (viúva de Isaac Deutscher),

publicado em *New Left Review*, nº 98. "Para a imprensa ocidental o movimento dissidente soviético quase se confunde com as figuras de Alexander Solzhenitsyn e Andrei Sakharov. As atribuições da oposição de esquerda raramente merecem destaque. Quantos já ouviram falar, por exemplo, de um Alexei Kosterin? E Kosterin foi uma figura especial na cena soviética. Nascido em 1896, membro do partido bolchevique desde 1916, e veterano da guerra civil, foi preso em 1938, passando 17 anos nos campos de concentração. Libertado e reabilitado, tornou-se ativo na oposição, representando nela a tendência marxista: "Com a carteira do partido ou não, fui sou e permaneci sendo um marxista-leninista, um comunista, um bolchevique. Isso é minha vida, desde a adolescência até a velhice", escreveu ele quando recebeu de volta sua carteira do partido, duas semanas antes de morrer. Seus numerosos escritos tentaram manter vivas as tradições da velha guarda bolchevique. Sua filha Nina lutou como militante e faleceu perto das linhas nazistas com a idade de 20 anos enquanto seu pai definhava na prisão de Kolyma. Seu diário, um documento extremamente dramático e comovente, foi descoberto após a II guerra e publicado no período de degelo antes da demissão de Krushev. Em 1968, Kosterin protestou abertamente contra a invasão da Tchecoslováquia. Pouco depois o comitê partidário da União dos Escritores expulsou-o. Antes da decisão final ele comunicou a ele recusou ao partido que, como disse, "não permite (aos seus membros) raciocinar e pensar independentemente e no qual as pessoas resvalam para um desvio oportunista".

Kosterin faleceu em novembro de 1968. Seu enterro foi a primeira demon-

tração aberta da oposição, desde 1927 - quando na comemoração dos 10 anos da Revolução, os partidários de Trotsky, Kamenev e Zinoviev fizeram demonstrações de rua, sendo duramente reprimidos; na semana seguinte Trotsky e Zinoviev foram expulsos do partido. Entre 300 e 400 pessoas reuniram-se no cemitério, onde, a despeito da intimidação da polícia, os discursos de despedida prosseguiram por meia hora, antes da reunião ser brutalmente dispersada. De qualquer modo, a ocasião permitiu aos participantes sentirem sua própria força, e estimulou a criação do Grupo de iniciativa pela defesa dos direitos do homem na URSS, que a se constituir em maio de 1969.

A primeira iniciativa do Grupo foi o envio de uma "Carta aberta ao Comitê dos Direitos do Homem da ONU" em 20 de maio de 1969. Essa carta estava assinada pelos 14 membros fundadores do Grupo (G. Altunian, V. Borissov, M. Djemilev, N. Gorbavevskaia, P. Iakir, T. Khodorovitch, S. Kovalev, V. Krassin, A. Lavut, A. Levitine-Krasnoc, I. Maltsev, L. Pluchitch, G. Podiapolski e T. Velikanova) e por 39 personalidades que constituíam uma lista de "apoio". Desde então, a repressão se abateu sobre esse grupo, cujos fundadores definiam assim seus objetivos em maio de 1970: "Ao tomarmos o nome de Grupo de iniciativa, temos em vista a idéia de afirmar sem prévia autorização nosso direito à livre associação (...). O Grupo de iniciativa não tem programa nem estatutos, não tem nenhuma estrutura organizacional (...) e que nos une a todos, crenças e descrentes, otimistas e céticos, comunistas e não comunistas, é o sentimento de nossa responsabilidade pessoal em tudo o que se passa em nosso país (...). Consideramos o progresso social como sendo antes de tudo o progresso da liberdade. Em conformidade com a Declaração dos Direitos do Homem e com as leis do nosso Estado, consideramos que todos e cada um tem o direito de adiantar reivindicações políticas diversas. Mas o Grupo de iniciativa não tem atividade política. Não propomos nenhuma decisão particular no domínio da gestão governamental. Dizemos tão somente: não violai vossas próprias leis (...). Qualificar

nossa atividade de anti-soviética é afirmar que a violação dos direitos do homem decorre da própria natureza do regime soviético."

O general Grigorenko foy o mais proeminente dentre os discípulos de Alexei Kosterin reunira a seu redor nos anos 60. Nascido em 1907, numa aldeia da Ucrânia meridional, metalúrgico no Donetz, Grigorenko ingressa em 1929 no Instituto Politécnico de Kharkov. Militar profissional em 1931, ferido várias vezes no curso da Segunda Guerra Mundial e várias vezes condecorado, declarado inválido de guerra, trabalha em seguida dezessete anos na Academia Militar Frunze. É promovido a major-general em 1959. Por ocasião de uma conferência do Partido do bairro Lênin, em Moscou, em 1961, volta-se

contra a política de Krushev e exige um "retorno a Lênin". Exonerado, é detido em fevereiro de 1964 por ter distribuído a operários folhetos que apelavam à restauração do leninismo. Excluído do Partido é internado durante quinze meses em hospital psiquiátrico e privado de sua pensão de invalidez. Após sua libertação trabalha como estivador. Inspirador do samizdat "A Crônica dos acontecimentos correntes", defensor das minorias nacionais, e em particular dos direitos dos tártaros da Criméia, oponente à invasão da Tchecoslováquia, afirmando-se marxista, é detido em Tachkent pelo KGB em 7 de maio de 1969 e confinado num hospital psiquiátrico especial; só é libertado cinco anos mais tarde ao termo da campanha internacional a seu favor.

Na prisão Grigorenko permaneceu um comunista mas viu sua tática oposicionista. No seu "Diário da Prisão", afirma que sua futura tarefa não será criar organizações ilegais, mas "ataques abertos, e diretos contra a tirania, falsidade e hipocrisia óbvias; não uma ação revolucionária para derrubar o regime, mas uma luta aberta dentro dos limites da Lei para a democratização e direitos Constitucionais." É difícil saber o que fez Grigorenko mudar seu ponto de vista e sua tática. Nos anos 60, quando fundou a "União pelo estabelecimento do Leninismo", seu apelo foi para "uma volta ao ponto em que Lênin parou". Mas isso foi no período no qual algum movimento vindo "de baixo" podia ser claramente escutado.

## Um pouco de história

A questão dos dissidentes deve ser discutida a partir de uma compreensão geral da Revolução Russa de 1917. Esta ocorreu num país capitalista atrasado, onde predominavam relações pré-capitalistas no campo. O primeiro governo revolucionário encaminhou uma política econômica que procurava responder a essa realidade, estimulando o processo de coletivização da propriedade industrial, por meio do Estado, e, no setor agrícola, permitiu a produção baseada na pequena e média propriedade privada, o que acabou estimulando a formação de uma classe de camponeses ricos (kulaks), dando base material para revigorar o individualismo burguês.

A guerra civil causou grandes perdas a essa perspectiva. A vanguarda operária, os principais setores da classe operária conscientes do socialismo, foi dizimada durante essa guerra, espalhou-se pelo país ou teve que se absorver nas tarefas urgentes de defesa do poder proletário. Depois da guerra civil, a classe operária que se recompôs já era uma classe nova, em grande parte inoperante da luta revolucionária, recém saída do campo. Distanciou-se, nessas condições, a direção política do partido do nível real de consciência das massas trabalhadoras do país. Com o objetivo de dinamizar a recuperação das forças produtivas (destruídas ou pouco desenvolvidas durante a guerra civil), o partido aplica uma série de medidas conhecidas como NPE (Nova Política Econômica), que tende a liberalizar o controle da economia. Já em 1926, obtém-se um tal estímulo da produção, tanto industrial como agrícola, que se supera a situação existente antes da guerra. Mas a contradição entre a socialização da indústria e a proliferação dos kulaks aprofunda-se mais ainda.

Como pano de fundo desse desenvolvimento, existia a tradição burocrática da antiga Rússia, aperfeiçoada pelas imensas e improdutivas cortes czaristas, que se encontrava enraizada no modo de produção semi-asiático que prevalecera por longo período de sua história. Fato que já pesava no sentido de empurrar o controle de todas as funções-chaves da sociedade para um só organismo. As medidas adotadas no início da revolução, com base numa classe operária amadurecida durante os longos anos de luta revolucionária, visavam, entre outras coisas, combater essa tendência. Principalmente as medidas que se voltavam para o estímulo da participação direta popular, do controle operário da produção, entre outras.

A nova situação, criada depois da NPE, já está marcada pelo aprofundamento de tendências centralizadoras e de concentração de todas as principais funções sociais sob o controle do Estado, o que já faz despontar características cada vez mais repressivas nos governos que se formam.

É evidente que os dirigentes revolucionários, da época de Lênin, tinham consciência das dificuldades gerais de construção do socialismo a partir de um país capitalista atrasado no contexto internacional de então. De modo geral, esperava-se que essa dificuldade fosse compensada com a vitória de novas revoluções nos países desenvolvidos europeus. No entanto, só para recordar, a revolução na Alemanha foi derrotada (com o grupo spartaquista, de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht), bem como a revolução húngara, em 1919 (Belakum). O isolamento da revolução russa, após as derrotas na Europa, e as crescentes

ameaças do imperialismo foram, então, fatores que pesaram decisivamente no sentido do fortalecimento militar do Estado Soviético, da expansão da indústria pesada, em detrimento de um possível processo de democratização interna e de maior satisfação das necessidades individuais e familiares de consumo, por exemplo.

Um período chave, já sob a direção de Stalin é o imediatamente posterior à aplicação da NPE, quando o Estado resolve tratar as contradições do campo por métodos diretamente repressivos. A destruição dos kulaks e sua substituição por Kolkoses (cooperativas agrícolas) e propriedades coletivizadas é feito, nesse período, por mais da força.

Todos esses fatores, que não podem ser considerados "inevitáveis" historicamente, contribuíram para a consolidação de um Estado Soviético como o atual: burocratizado, dirigido por uma elite que possui um poder quase absoluto, centralizador de todas as funções que seriam próprias de partidos autônomos da classe operária e dos trabalhadores em geral, dos sindicatos, das forças armadas, etc.

Para sobreviver, contudo a burocracia dominante na União Soviética é obrigada a enfrentar, continuamente as consequências da contradição principal que divide o mundo contemporâneo, ou seja, a da luta entre o socialismo e o imperialismo. Se, de um lado, a burocracia defende o "status quo", temendo mudanças e sacrificando quando possível, processos revolucionários em outros países; de outro, vê-se obrigado, diante das ameaças concretas do imperialismo, apoiar as lutas revolucionárias que, por suas próprias forças, caminham para vitórias decisivas. (SCT)

# ERITRÉIA - IV

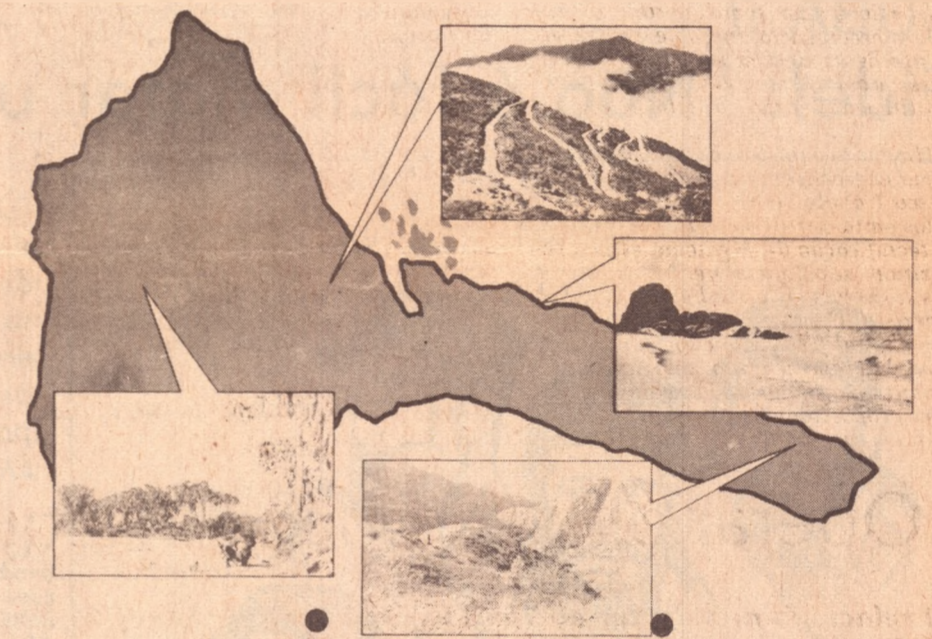
Ari Cândido Fernandes conversou com um aluno da escola de formação de quadros da Frente de Libertação da Eritréia sobre um tema que hoje é da maior importância para os movimentos guerrilheiros eritreus: o conceito maoísta de nova democracia.

Em torno desta questão estão centradas as divergências entre as duas principais organizações guerrilheiras, a FLE e a Frente Popular de Libertação da Eritréia.

Esta defende a aplicação de um programa revolucionário rígido. A outra, formada por grupos progressistas de diversas tendências, se opõe a aspectos mais intransigentes da posição da FPLE.

Camponeses eritreus são convencidos a lutar na Eritréia pelo governo etíope com promessas de que ganharão terras quando capturarem inimigos. Ari Cândido Fernandes visitou as prisões onde estão alguns desses ex-camponeses. Em cabana de palha, bem vigiados por guerrilheiros eritreus, eles passam o tempo fazendo trabalhos artesanais ou apenas contemplando o teto, demonstrando alienação ou neuroses de guerra. Depois de descrever a situação dos prisioneiros, foi terceira parte desta reportagem, publicada na edição anterior de EM TEMPO, relatou as discussões sobre a Comuna de Paris em uma aula do curso de política da FLE.

## Guerrilheiros tentam formar o governo do futuro.



Combatentes da FLE na região de Barentu.

A discussão sobre a Comuna de Paris naquela classe do curso de educação política da Frente de Libertação da Eritréia continuou sob as árvores até ficar pronto o almoço, preparado por um dos grupos-rodízio do acampamento. Os cem alunos obedecem a uma disciplina rígida, que um grupo de segurança não permite que seja transgredida. 6 hora da manhã: treinamento militar; 7 e 30: início das aulas, que vão até 13 horas. Depois do almoço, até 5 e meia da tarde, horário de leitura, os alunos se concentram na biblioteca, repleta de textos de Mao Tsé Tung, História da África, Camilo Torres e, empoeirada num armário, a coleção da obra completa de Lenin. Em seguida, durante uma hora, são feitos os trabalhos de limpeza.

Após o jantar, 7 e 30 da noite, os alunos voltam a se dividir em três grupos para, rodeando lâmpões sobre a areia, prepararem o programa do próximo dia. Às 10, os lâmpões se apagam e que ninguém seja pego vagando pela guarda no-

turna. Comendo espaguete vindo da China via Sudão, Ahmad Mohamed Said, diretor da Escola de Quadros, explica o programa intensivo de um período de quatro meses. São onze temas ou matérias, desenvolvidos a partir de um único livro base. Estuda-se Monopólio-Capitalismo, Imperialismo, Desenvolvimento Social, Revolução Social, Classe e Luta de Classes, Liberalismo, Anarquismo, Organização de Massas, Formação Socio-Econômica, Socialismo e ainda Oportunismo.

O livro-manual que serve de base ao curso, está em toda parte na Eritréia, levado em pequenas bolsas pelos comissários políticos e pelos guerrilheiros, nas frentes de luta, nas cidades libertadas e nos campos dos escritórios. Os Fundamentos da Filosofia Marxista-Leninista (de vários autores soviéticos; Editora Progresso, Moscou; traduzido para o inglês) é o catecismo político da guerrilha eritreana. Voltando do mato, nosso banhei-

ro, andando, com todo cuidado para evitar os espinhos, sobre as minhas novas sandálias de plástico - libanesas, calçado padrão dos guerrilheiros (não escorregam em terrenos pedregosos) -, fui abordado de sopetão por um rapazote que queria saber o que entendo pelo conceito maoísta de nova democracia.

### A discórdia entre FLE e FPLE

Sentamos sob uma Arkokobaia - uma espécie de coqueiro de onde se tira palha para construção de cabanas; que produz um fruto amargo mas comestível; e com cujos carochos se fazem botões nas oficinas de trabalho da FLE; que fornece troncos para abrigos anti-aéreos nas cidades libertadas. Foi o fruto desta árvore que salvou a vida dos cinco homens que, liderados por Hamed Idris Awati, iniciaram a luta armada na Eritréia, quando esfoamados e isolados percorriam as montanhas da região em 1961.



Neste ano, a FLE recebeu 6 mil novos recrutas

O entusiasmado rapazote de pente de madeira na cabeleira afro, aluno do curso político, me explica que a questão da nova democracia é um dos raros pontos de divergência ideológica da Frente de Libertação da Eritréia com a Frente Popular de Libertação da Eritréia. Cada uma das organizações tacitamente, controla metade da região libertada. O norte e leste da Eritréia, até a capital, Asmara, fica sob domínio da FPLE; sul e oeste, FLE. A mesma divisão é válida para a guerrilha dentro de Asmara. As delimitações são observadas com cuidado; ninguém atravessa as "frentes" para evitar confronto.

Os dois movimentos já se defrontaram, entre 1972 e 74. Porém, com a queda nesse último ano do negus (imperador) etíope Haile Selassie, diante da possibilidade de uma independência rápida, decidiram parar a luta. Hoje, empurrados pelo Sudão (base da retaguarda e única via de contato das duas frentes

com o exterior) e enfrentando o fortalecimento do inimigo, os movimentos estão em processo de unificação. O Sudão faz todo o possível para conseguir essa unificação, porque está interessado em ver a Eritréia independente barrando a presença soviética na Etiópia.

### A FPLE

A FPLE - organização formada a partir de uma cisão na FLE, em 1970, e da qual, aliás, saiu o terceiro movimento guerrilheiro, as FPL-FLE (Forças Populares de Libertação-Frente de Libertação da Eritréia)-defende rigidamente a fórmula da nova democracia. Isto é, quer o estabelecimento do poder através de uma assembleia popular realmente representativa, ditadura popular sobre traidores e reacionários, formação de forte exército do povo etc. Nas regiões libertadas sob seu controle, a FPLE é intransigente com as forças não revolucionárias e não progressistas, eli-

minando toda manifestação capitalista de exploração.

### A FLE

A FLE - que agrupa todas as tendências políticas da Eritréia - se opõe à inflexibilidade e centralismo da FPLE. Mas as divergências não são insuperáveis, como se pode notar no programa da FLE: desenvolvimento não capitalista da Eritréia independente; formação de forte proletariado; participação democrática no poder de organizações de massas e forças sociais e políticas; através de uma assembleia constituinte.

O processo de unificação vem sendo dado por meio da assinatura de vários acordos, com vistas à formação do futuro governo eritreu. Com receio de ser marginalizada, as minoritárias FPL-FLE - lideradas pelo antimarxista, Osman Saleh Sabbe, e acusadas de contratar mercenários - reclamam desse processo e exigem ser incluídas desde já nesse governo futuro.



# "Eu já não tenho estômago, sabe?"

# Tecnologia, até nas condições de vida.

# Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc. para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

"Olha: estou lendo EM TEMPO desde que saiu. Hoje chegou o número 19 com a entrevista de Nelson Sarmiento, o torturador nº 218 defendendo-se pra sair da lista que EM TEMPO publicou. Engraçado, sempre que há tortura, os torturadores se dividem em dois grupos: o dos inferiores, que se julgam instrumento dos superiores no ato de torturar. E dos superiores, que nunca botaram a mão em ninguém. Nesse jogo de empurra, quem ficou sem unha, sem saco, sem dignidade,

sem o humano que lhe pertence pelo dom da vida que nenhum torturador sabe que existe, deve ser o torturado. Só falta isso.

Eu já não tenho estômago, sabe? Não tenho intestino pra ouvir o Brasil perguntar quem matou Hayalla com tanto morto com etiqueta de desaparecido. Francamente: tenho 52 anos, sou jornalista, professora aposentada, avó. E tenho um medo danado. Que país é este?"

Dinorath do Valle - São José do Rio Preto (SP)

O documento "Colocando a ciência no seu devido lugar" publicado no EM TEMPO nº 18 e elaborado pelo Grupo Ciência e Tecnologia (estruturado em torno da Sucursal do Rio), despertou o interesse de um número grande de engenheiros e cientistas preocupados com a definição de uma política científica e tecnológica voltada para os interesses da maioria da população. Esta carta veio de Minas, do Grupó pró-Centro de Estudos de Engenharia do Diretório Acadêmico do Instituto de Ciências Exatas da UFMG. Ao divulgá-la, EM TEMPO assume a proposta de aglutinar em torno de si aqueles que têm interesse em ampliar, sob a forma de reportagens, artigos e análises, o número de pessoas preocupadas em entender e, de uma forma ou de outra, influenciar na formulação desta política.

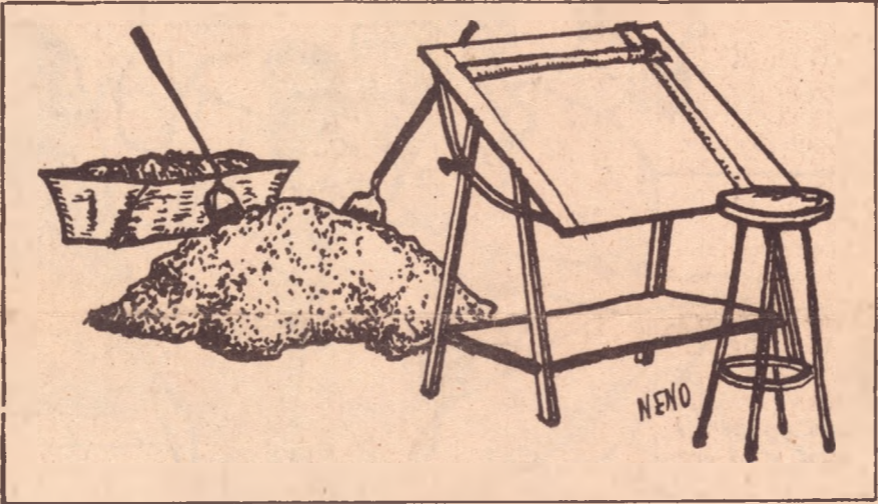
"Nós, um grupo de alunos do básico de Engenharia do ICEX-UFMG, iniciamos algumas discussões sobre o papel da ENGENHARIA na sociedade. Mas constatamos o quanto é raro material sobre o assunto, seja livros ou textos. Uma explicação plausível de tal inexistência de material sobre tema de tal importância se daria em dois pontos: 1- A superestrutura ideológica do sistema (universidade, imprensa, principalmente); as empresas; as associações de engenheiros (hoje dominadas por uma minoria de engenheiros-empresários), discutem o tema TECNOLOGIA sempre dando-lhe um conteúdo claramente classista, empresarial; e ao mesmo tempo tentam mistificar este conteúdo, proclamando a "neutralidade" da tecnologia.

seu centro de preocupações), de saneamento; na política de habitações; nos danos e depredações ao meio ambiente.

Por outro lado, a oposição que se diz consequente, não populista, se perde em generalidades de economia política. A ortodoxia, de só se discutir em termos gerais leva tal oposição a não se aperceber da importância da implementação de um combate ideológico a nível deste profissional, o único de classe média que está de alguma forma presente no sistema produtivo - que é o engenheiro, uma espécie de anteparo pequeno-burguês que evita o desgaste maior do capitalista frente ao trabalhador.

Por isto tudo, devemos ter em mente que só as massas populares poderão alterar as atuais estruturas sócio-político-econômicas e que não cabe a nós, estudantes e profissionais de Engenharia, tomarmos a nós os encargos de tal tarefa. Mas cabe a nós questionar para que e para quem serve a Engenharia. Cabe, a nós, engajados em nossas respectivas áreas de atuação, nas Universidades, nas associações profissionais, em consonância com o movimento popular, apontar uma perspectiva de tecnologia, que seja mais um instrumento na luta pela transformação social. Saudações democráticas".

Grupo pró-Centro de Estudos de Engenharia do DA do Instituto de Ciências Exatas/UFMG Belo Horizonte (MG)



## Médicos: Análise da greve na superfície

"Senhor Diretor: No número 17 de EM TEMPO foi abordada a questão médica, sob o título "Os Médicos Também Entram na Briga", onde a meu ver chega-se somente à superfície, na origem da greve dos médicos-residentes.

Na verdade, ela chega um pouco tarde, pois há tempo afastados das benesses do sistema produtivo, apenas agora alguns médicos esboçam tibia resistência, sem vinculá-la contudo aos movimentos operários em curso.

A classe médica, por sua postura conservadora, nas suas fantasias e nas da população em geral, historicamente, sempre se situou nos estamentos superiores da sociedade. Sua formação elitizante, sua aspiração de novo rico e como pequena-burguesia ascendente fizeram com que muito poucos se envolvessem nas lutas de classe, ao lado das forças progressistas.

Agora, o protesto. Agora, as greves. Sim, porque agora vê-se lançado na situação inusitada de ter que reivindicar para não passar fome, porque a luta pela sobrevivência, ingreme e rude, somente agora destrói suas fantasias de classe, abalando o orgulho e o narcisismo tidos até então em alta escala.

Há muito o médico é apenas uma peça na engrenagem capitalista; há muito seu trabalho é explorado e aviltado pelos empresários da saúde. A crescente tecnificação da Medicina estava reduzindo substancialmente os lucros dos hospitais. É a conhecida equação marxista: C = c + v, onde C é o capital, C o capital fixo e v o capital variável. Como c, representado pelos meios de produção, é estável, o lucro das empresas é proporcional a v, ou seja, o capital variável, a mão-de-obra empregada.

Em os capitalistas da saúde enxergaram Marx primeiro, tratando de reduzir os salários dos profissionais, aproveitando o número elevado que as Universidades formam anualmente.

Se a própria instituição da Residência Médica foi criada justamente para ampliar os ganhos hospitalares, já que contrabalançava com o sofisma do aperfeiçoamento profissional e a realidade de mão-de-obra barata, as crescentes inversões em equipamentos, por que só nesse momento é questionada? Porque a ingénua classe aceitou a imagem e as promessas de poder, porque estimava que os 2-3 anos de trabalho sub-remunerado seriam seguidos por salários de executivos, por salários de classe dominante.

Sente-se agora traída, porque de maneira vã e inconsequente apoiou esse sistema produtivo, que ora a marginaliza, como faz com tudo o que não é capital. Mesmo assim, o médico custa a crer. Não está compreendendo como foi se tornar um "bóia-fria de branco". Sem direitos trabalhistas, sem descanso remunerado, sem garantias previdenciárias, sem horas extras pagas, hesita em se situar ao lado das massas em idêntica posição.

Que essa conscientização imposta à classe médica, surgida a partir de dores epigástricas similares às de outros videntes em dieta forçada, seja seguida por um posicionamento coerente a todos os oprimidos e explorados, abandonando as veleidades de casta culta e assumindo sua postura ao lado dos marginalizados, fazendo da sua práxis e da sua palavra um instrumento de libertação.

Médico Paulo Roberto de Souza Tubarão (SC)

## Operários e estudantes: a quem interessa a aliança?

O relacionamento entre operários e movimento estudantil, já focalizado em algumas cartas enviadas a esta seção, volta a ser objeto de análise, por parte de um leitor do EM TEMPO.

"Num momento em que o operário se levanta com reivindicações; em que o comentado milagre brasileiro revelou-se a todos como uma farsa montada em cima do trabalho operário constatando-se a importância de informações de caráter econômico, político e social que foram subtraídas, nos últimos 14 anos, à maioria da população; num momento, enfim, no qual algumas máscaras caem e mesmo os estudantes procuram, a duras penas se reorganizar, volta a pauta o tema da aliança operário-estudantil".

Hoje ao contrário do que aconteceu há alguns anos atrás são poucos os que acreditam (ou pelo menos, se manifestam nesse sentido), que os estudantes sejam vanguarda de alguma coisa. Tem-se propagado no meio estudantil uma posição senão de retaguarda, ao menos de apoio. E a partir dela, alguns erros do passado voltaram a se repetir: basta lembrar o esvaziamento de significado da concentração realizada em Osasco, a 1ª de maio último.

A maior parte destes problemas advém do próprio conceito que grande número de universitários atuantes tem do movimento operário. Vêm-no através de ilações teóricas, citações de caráter marxista, trotskista ou leninista e não através da real aproximação, quando se perceberia que muito desta teoria carece de reestudo.

### Resumindo

Existem hoje, dentro da Universidade de São Paulo e estendendo-se para outros centros de ensino, um sem número de tendências. Depois das últimas eleições a direção da União Estadual dos Estudantes-UEE está em mãos de elementos reunidos num chamado "Frentão", no qual Refazendo, Caminhando e Novo Rumo, fecharam em uma só posição pelo menos no período eleitoral. Tratava-se da chapa "Construção" que concorreu com liberdade e luta. Esta se perdeu a UEE, ganhou em seguida o DCE Alexandre Vanucci, da USP.

Bem e o que isso tem a ver com o trabalhador?

A priori, todas estas tendências e outras menos citadas, exceção feita a aquelas de orientação direitista, como o Movimento Acadêmico Renovador (um dos poucos movimentos de direita organizados dentro da USP), da Faculdade de Direito do largo São Francisco colocam em suas cartazes programas algumas palavras de ordem, no que tange a luta travada pelos tra-

balhadores: por melhores condições de vida, anistia ampla e irrestrita, liberdades democráticas, liberdade partidária, etc.

Em posições mais claras, colocamos liberdade e luta e novo Rumo Socialista a primeira propondo uma aliança operário-estudantil e o segundo a construção de um Partido Socialista, participando, inclusive, da Convergência Socialista. As demais tendências se não falam claro sobre o assunto esperam, naturalmente que os ventos da liberdade soprem para todos. Porém tudo isto é retórico.

### As Duvidas & Os Fatos

Neste contexto, surgem várias perguntas. Este é o momento exato para se consolidar qualquer aliança operário-estudantil? O que tem a ver um movimento com o outro? E, principalmente, o operário deseja ou reconhece no estudante uma força capaz e consequente?

Por partes: passeatas, comícios e outras manifestações ostensivas têm tido o poder de aumentar a repressão policial. Sabe-se perfeitamente que o tratamento dispensado aos detidos na Pontifícia Universidade Católica foi bem mais ameno que aquele dispensado a operários presos em suas respectivas comunidades. O futuro, classe-média, no mínimo, burguês e/ou dirigente, no máximo. Entre aqueles estudantes que há anos chegaram a levar pau, muitos hoje conseguiram se posicionar na estrutura do poder, tornando-se mantenedores da ordem vigente.

Porém operário é operário sempre. Não tem cara, nem nome. Pode ser substituído por seus descendentes ou por outros. É uma força de pressão sempre presente independente de política partidária ou de subdivisões entre os intelectuais de esquerda.

Assim, um estudante teria que (e) ser algo mais além dos limites a que está condicionado enquanto classe flutuante, para colaborar com o êxito do movimento operário, real e conscientemente. Não basta decorar algumas obras básicas, nem saber a letra inteira da internacional e, o que é mais importante, deixar de se dividir por séculos através de conchavos, num momento em que a esquerda deveria estar mais que unida para - que diabos - poder apresentar um programa de luta ao qual se possa aceder ou não.

É fundamental que o estudante dito comprometido com o mundo operário

tenha perfeito conhecimento dele e de sua luta. Seria muito cinismo afirmar que a luta estudantil por reformas de ensino, liberdades democráticas, etc., tem algo a ver com a obtenção do arroz-feijão.

Em sua carta-programa para a UEE, afirmava liberdade e luta: a conquista de uma Constituinte Democrática e Soberana só pode nascer da luta efetiva, real, travada nas ruas por trabalhadores e estudantes.

A Constituinte pela qual lutamos deve possibilitar aos trabalhadores (sic) se unificarem para satisfazer (sic) suas necessidades mais candentes.

Os trabalhadores brasileiros por diversas vezes se viram amarrados a direções burguesas que os traíram e golpearam na primeira oportunidade.

Ora os trabalhadores até agora somente se reuniram em sindicatos, todos eles pressionados pelos ditames nascidos das confusões teóricas e práticas da Revolução de 1964. Ou seja aquele poder ou que se via ou se pretendia ver, dentro das forças Armadas, jamais existiu. Sabe-se lá quantas pressões sofreu cada um dos presidentes nos últimos 14 anos pressões da própria estrutura de poder e seus integrantes!

Nem um sindicato teria hoje condições e nem mesmo direções interessadas em colocar seus afiliados nas ruas para levar cacete junto aos estudantes. Nem faz sentido, mesmo em se considerando os oportunistas e inimigos da própria classe que dirigem vários sindicatos.

O trabalhador brasileiro hoje está menos preocupado com a briga em família Laudo Natel- Maluf, do que com as suas reais possibilidades de fazer frente ao aumento do custo de vida, o qual nem certos economistas, ex-defensores do milagre brasileiro, podem negar, e que a Copa do Mundo se encarregou de abafar. E, so se ergue em função do seu direito de comer e dormir e mesmo assim, se for em massa.

De qualquer maneira, um partido operário somente pode ser impulsionado de baixo para cima. Caso contrário, teremos mais um partido burocrático que também trairá e golpeará o operariado, na primeira oportunidade.

### Jargões VS. Realidade

Alguns estudantes céticos não alinhados chegaram a perguntar a liberdade e luta, durante sua campanha eleitoral qual sera a via para obter a proposta aliança operário-estudantil e a resposta caiu no vazio dos jargões.

Também as propostas referentes as liberdades democráticas de todas as tendências estudantis, não concernem diretamente ao interesse do trabalhador. Uma vez atingida uma meta so-

cialista, os interesses da classe média poderão e deverá ser afetados, e é desta classe que sai a maioria dos estudantes.

As greves atuais parecem ser mais consequência de um longo período de silêncio, enquanto se esperava que o propalado crescimento econômico desse seus resultados. Surgiram como resultado da briga por uma fatia do bolo, bolo este recheado de vazia exceção feita as multinacionais, as grandes empresas nacionais e a indústria de consumo e da vaidade.

Não representam ainda efetivo resultado de uma consciência de classe mas uma necessidade em função da sobrevivência. Vitórias parciais estão sendo obtidas, mas continuam parciais, pois somente a conquista do poder representaria a vitória total do operariado.

A partir disto as coisas tomam outro rumo. Surgem novas propostas de combatividade entre os trabalhadores, a partir das possibilidades de reunião. Num momento destes, de construção, qualquer pretexto serve para o retorno à linha dura.

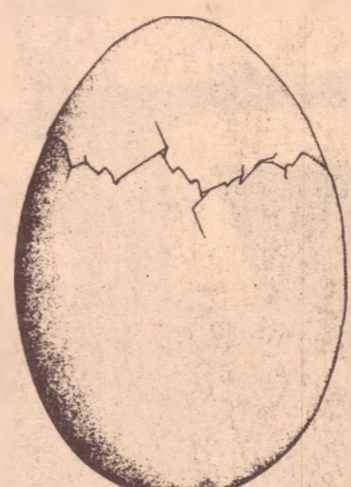
Neste sentido basta lembrar as palavras do presidente do Sindipeças, patronal, ditas há dias atrás. Refere-se ele ao aumento obtido pelos trabalhadores: "Foi um movimento ilegal, porém legítimo. Não houve a mão de padre, estudante ou político". Inocência ou não, a declaração sugere o que aconteceria se fosse detectada tal interferência. Ai então saberíamos a quem interessa que uma aliança fosse efetivada, mesmo apontados os erros de tática que inevitavelmente surgiriam.

Uma aliança operário-estudantil seria quando muito parcial mesmo porque nem a UEE nem o DCE tem significação política por todo um processo de esvaziamento pelo qual foram atingidos. De outro lado, o número de votos nestas duas últimas eleições permitem constatar que a grande maioria dos estudantes ou seja o partido do gadu, permanece omissa. Dai a necessidade de distinguir bem entre aqueles que vêem na atividade política um sustento de qualquer ordem e aqueles que acreditam realmente que sua luta trará algumas modificações, ou reformas. A estes no momento atual é de se sugerir que destruam a imagem paternalista, ou inconsequente, que nos sobra do movimento estudantil.

O controverso lula, do Sindicato dos Metalúrgicos, clamou: os estudantes devem ficar nas Universidades. Mas há quem espere que depois da universidade os ex-estudantes promovam mudanças m'is que desejadas por todos os brasileiros.

Márlita Kriker Borges - São Paulo

## SEJA SÓCIO DE UM CLUBE QUE ESTÁ TIRANDO DA CASCA O AUTOR NACIONAL



A Editora Vanguarda, através de seu Clube do Livro, está lançando autores nacionais inéditos e distribuindo suas publicações exclusivamente entre seus sócios. Centenas de leitores, em todas as partes do país, já tomaram contato com seus dois primeiros lançamentos, e até o final deste ano terão recebido 10 livros inéditos que, em conjunto, serão uma fiel demonstração de nossa atualidade literária. Participe desse grande empreendimento que prestigia os novos autores brasileiros. Preencha e envie hoje mesmo o cupom ao lado. Tornando-se sócio do CLUBE DO LIVRO VANGUARDA você estará apoiando uma iniciativa pioneira na luta pela preservação de nossos valores culturais.

A Editora Vanguarda  
Caixa Postal 54.191 CEP 01000 - São Paulo  
Queiram inscrever-me como sócio do CLUBE DO LIVRO VANGUARDA  
nome .....  
end. ....  
cidade ..... estado .....  
tel. .... cep .....  
Escolho a seguinte forma de pagamento:  
 em duas parcelas de 250,00; uma nesta data e outra somente daqui a 90 dias.  
 à vista, com 10% de desconto; 450,00  
enviados neste data.  
(pagamento em cheque nominal)  
assinatura .....



# PORTUÁRIOS SEM TRABALHO

“Hoje eu não trabalhei porque estava sem dinheiro”,  
confessa um contratado que não conseguiu comprar uma vaga no rodízio.

“Essa situação num é de agora. Faz mais ou menos cinco anos que tem esse negócio de esteira e maquinário. Todo mundo fala muito que foi a seca, mas ela só piorou o que já tava muito ruim”. “Os homi- lá de cima fizeram promessa, mas nós nem viu a cor do FGTS”. “E, faz cinco ano os saqueiros conseguiram, mas também, foi só eles”. “Em época de eleição eles promete favorecer, mais até agora nada, acabam até prejudicando”. “Este ano tá difícil” - diz um senhor já de cabelos brancos - “Tenho dois filhos de maior, os dois desempregados; temos procurado os três e nada, num encontramos serviço”. “Feliz daquele que tem um servicinho, mas a maioria de nós num tem outro ofício”. “Tem gente até que já saiu prá fora, mais muitos termina vortando”. “Muitos até disistiu”. “Não dá prá sair por causa do tempo de serviço”.

**ET: E prá resolver isso, o que é que pode acontecer?**

“Ah é só ter trabalho!! - Dizem três ou quatro quase ao mesmo tempo “Se nós fosse mensalista, se nós ganhasse um fixo, mais nós ganha por tarefa; se trabalhá ganha, se não trabalhá num ganha”.

**ET: Um deputado do MDB dis-**

**se que devia descontar um tanto de cada saca embarcada em Paranaguá para dividir entre os portuários quando não tivesse serviço. Que vocês acham disso?**

“Ah! Isso num vai acontecer nunca. Receber o nosso já tá difícil, que dirá isso aí...” “Por que é que numa hora dessa o governo num dá o que é nosso, o que descontou da gente?”

“É... de 5 anos para cá fracassou muito o serviço aqui. Antes prá carregar 5 mil toneladas 3 turnos de 12 homens levava 15 dias. Hoje, em dia de 28 a 40 homens faz o serviço em um dia. “Agora só precisa de ficar 4 homens com pá no caminhão jogando o milho ou a soja ou o farelo no aspirador. É um serviço danado do mesmo jeito.”

“E o pior é que tem serviço mais duro que a gente ganha menos e serviço mais fácil que ganha mais”. “O preço é dado por uma tabela, conforme o preço da mercadoria e não conforme se o trabalho seja mais fácil ou mais difícil.”

**ET: E assim mesmo, como vai o salário?**

Todos riem. “O aumento tá diminuindo”. “Cada ano diminui mais”. “Num dá prá compará o custo de vida com o salário”. - Um membro da diretoria do sindicato

*Sucursal de Curitiba*

explica: “Essa conta que eles fazem prá dar o aumento num tá muito certa. Eu acho que eles fazem assim: a carne subiu 50%; e o fósforo subiu 1%. Eles vão lá e tiram a média, como se uma coisa fosse igual à outra.” - um outro completa: “O governo dá o aumento anual, mas o custo de vida sobe quantas vezes por ano?” “Quando a gente chega a receber os 40% já subiu tudo mais de 100%”. Só Deus resolve esse caso”

**ET: Mas milagre faz tempo que não tem, né?**

Um gozador: “só no ano passado, que o Corinthians foi campeão”. - Todos riem, mas um completa: “Até na Esportiva o povo de Paranaguá é massacrado, ninguém ganhou nada ainda...” - Risadas de novo.

**ET: E a diretoria do sindicato, como é que é? Ajuda o pessoal?**

“Mais ou menos” - diz um em voz baixa, enquanto os outros ficam calados. Um, que estava perto sentado em cima da bicicleta, ouvindo, vai saindo enquanto diz: “O negócio é esperar a proxima, prá março de 79”.

Na esquina ali pertinho, o bar está cheio de gente. Uns jogam sinuca outros bebem e conversam. Estão esperando a chamada das seis e meia da tarde. Outros preferem assistir televisão numa sala do sindi-

cato. No bar as fotografias que tiramos chamam atenção e logo aparecerem três arrumadores que acham bom a imprensa divulgar os fatos e vão dizendo: “E isso aí, pode por o meu nome aí”. - Um outro adverte que pode dar problema, mas é cortado pelo terceiro que diz: “o que é que tem? É tudo verdade... Se fosse mentira tá certo, mas é verdade”. São eles o Roberto (10 anos como “contratado”) e o Teófilo (11 anos).

A repressão aos portuários também foi dura em Paranaguá. Um velho sindicalista, com 25 anos de trabalho, responde quando perguntamos qual seria a maneira correta dos trabalhadores encaminharem suas reivindicações aqui no porto: “Eh, rapaz, hoje em dia, qualquer coisa os homens” pintam a gente de vermelho” e dão um sumiço no cara.”

“-Um outro que está ao lado: “É, num viu o caso do Paulinho? Levaram ele algemado, de cueca: “Ninguém viu mais...” “Parece que está em Mato Grosso, num sei...” Continua o velho, olhando para o repórter: “Vocês dá classe média têm que andar todo bonitinho, de gravata e paletó, agora, operário não. Anda de chinelo de dedo, ninguém liga, se morrer, morreu. Se sumir, sumiu. Ninguém liga não”.

## Anísio, presidente do sindicato, acha que não tá tão ruim.

**ET: Como está a coisa, seu Anísio?**

“Olha, um pouco não é como dizem, não. Para os arrumadores a situação não está trazendo maiores dificuldades. Pode ser que mais prá frente sim, mas por enquanto não.”

**ET: E o sr. acredita que vai piorar ou vai melhorar?**

“Eu sou otimista, sempre acredito que tem que melhorar”

**ET: Quanto é que um arrumador está tirando por mês agora?**

“Olha, isso não dá prá dizer. Não sei.”

**ET: E qual a causa?**

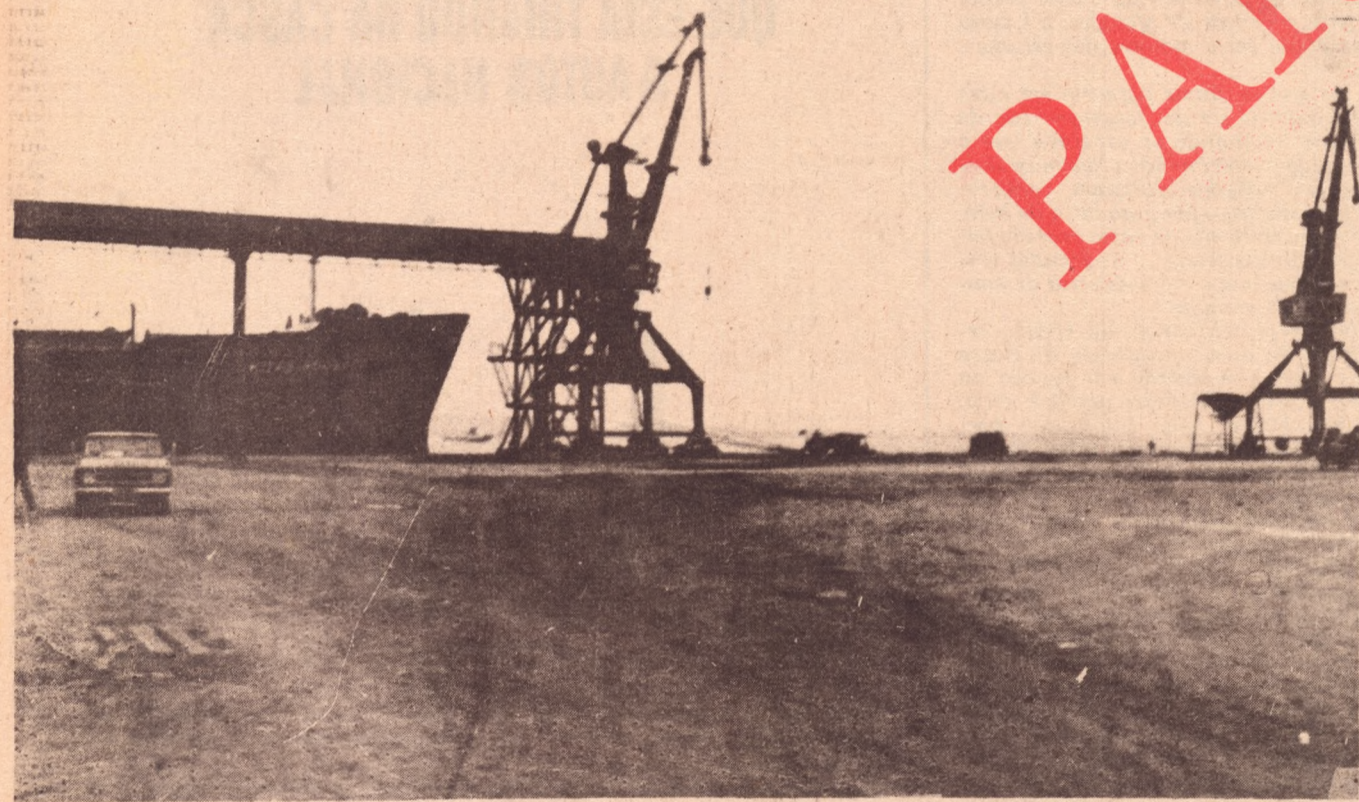
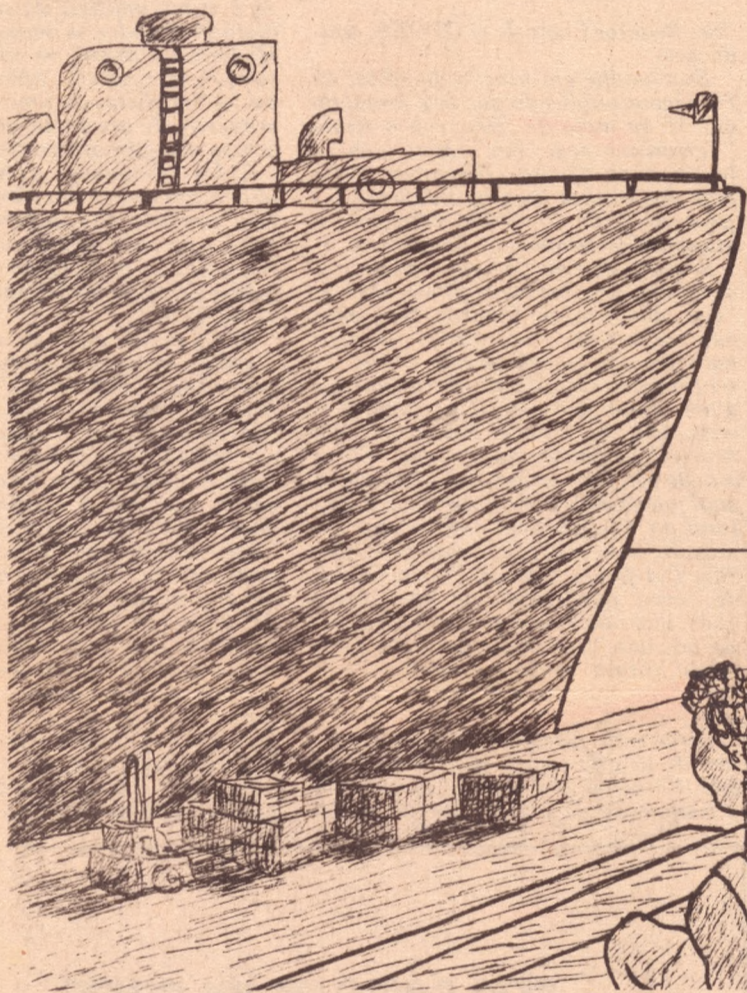
“Dizem que foi o maquinário, mas eu não acho não. Esse tipo de máquina ainda não prejudicou os arrumadores. Sempre vai haver serviço prá nós aqui no porto. Além disso nós confiamos na Diretoria do Porto.”

**ET: E o FGTS do pessoal, vai dar prá receber?**

“Nós estivemos reivindicando mas eu pediria que não escrevesse aí, porque não queremos que os associados soubessem

“Olha o jornal e o rádio publicaram uma série de coisas que não existem. Não tem muito trabalho mas sempre tem um pouco para ir garantindo o pessoal. O negócio não estava assim tão mal e o governo tem se esforçado ao máximo. Eu confio no governo. O trabalhador precisa prestar atenção para não dizer bobagem. Se o Sr. vier aqui no nosso ponto de chamada, tem muita gente que vai dizer muita coisa. Eu já disse ao pessoal para não ficar falando por aí.”

Finalizando, “seu Anísio, Presidente do Sindicato dos Arrumadores de Paranaguá, trajando um casaco de couro, vai entrando em sua Brasília branca dizendo: “O trabalhador nunca está preparado para dar uma notícia. Ele pode dar notícia que até prejudica ele.”



## Quem tem culpa? O porto de Santos? As máquinas? A seca?

De repente, os esquecidos carregadores, ensacadores e arrumadores do Porto de Paranaguá, no Paraná, voltaram ao noticiário. Fazem quase quatro anos que alguns políticos do MDB paranaense fizeram discursos chamando a atenção para a falta de trabalho. Por coincidência, também na época de eleições.

O problema é a falta de trabalho para os quase 4000 trabalhadores portuários, que nas épocas áureas do café contribuíram para encher os bolsos dos fazendeiros e grandes magnatas. A mecanização do embarque de cereais e farelo de soja feito quase totalmente a granel, pode ser apontada como causa fundamental. Outra é a diminuição da produção de café no Paraná, e a preferência do Porto de Santos, pelo IBC e grandes fazendeiros para o escoamento da safra paranaense.

Mas estas são as aparências, que qualquer um pode ver, e denunciar. O difícil é dar o nome aos bois, é denunciar qual a VERDADEIRA causa que está por trás do sofrimento e miséria dos trabalhadores do Porto de Paranaguá: o irracional e cruel sistema capitalista de produção, no qual o desenvolvimento das técnicas e maquinarias, que deveria trazer benefícios só traz lucros para uns poucos, atirando na miséria a grande maioria trabalhadora.

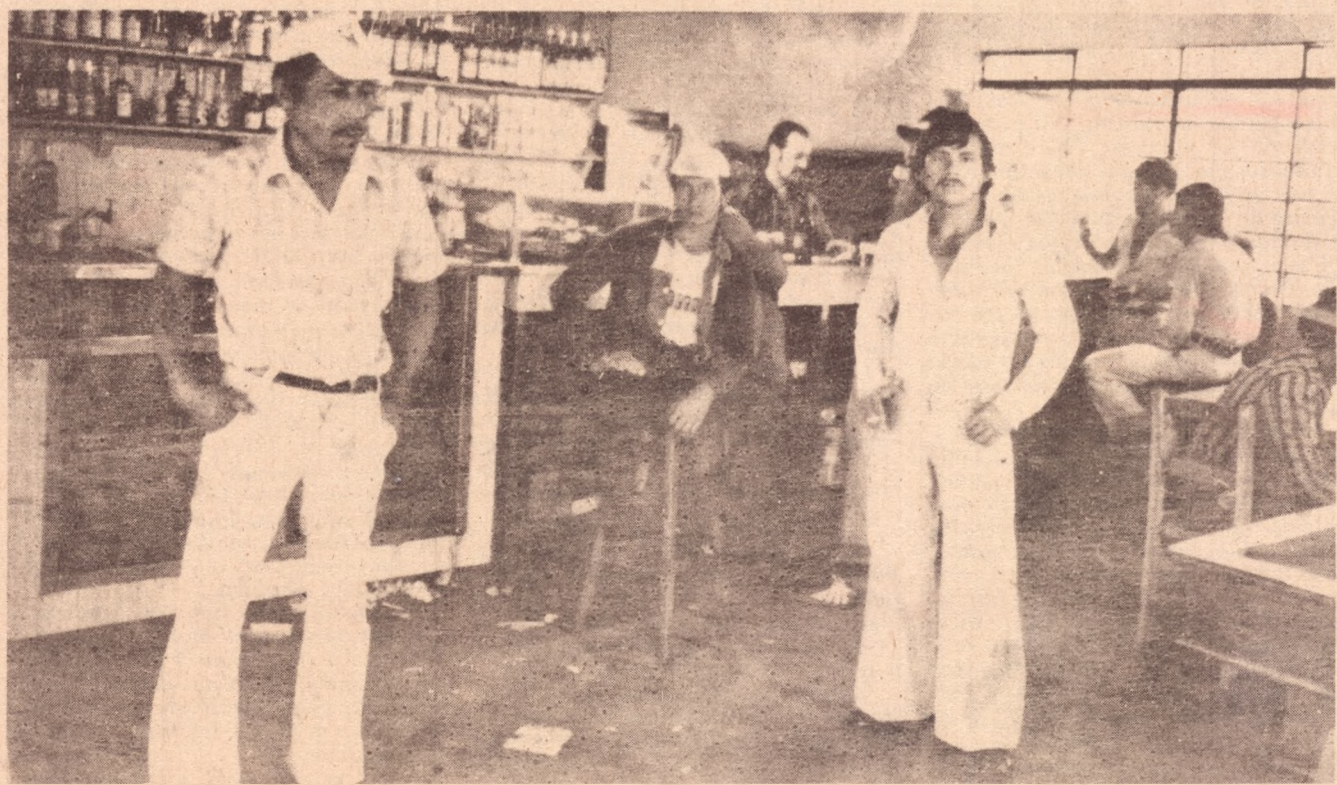
Mas isto os deputados do MDB não têm interesse em dizer, pois é nestes dias de crise que o velho petebismo precisa mostrar que ainda pode ser útil aos poderosos, servindo para confundir os trabalhadores evitando assim que eles vejam quem são seus verdadeiros inimigos e quais as causas de seu sofrimento.

Em Paranaguá a Sucursal de Curitiba ouviu alguns estivateiros, e o

presidente do Sindicato dos Arrumadores de Paranaguá, o Anísio. Ouvia ainda a gerente de uma “boite” na região do porto. Assim ficamos sabendo que os portuários, sendo contratados segundo o artº 285 da CLT, são considerados trabalhadores avulsos e portanto sem qualquer vínculo empregatício, ganhando “por tarefa”, isto é, apenas se há trabalho para ele. Assim, por exemplo, no Sindicato dos Arrumadores (500 associados atualmente,) para que todos possam ter vez, diariamente são chamados de 30 a 40 trabalhadores, conforme solicitação da administração do Porto de Paranaguá.

Existem ainda os “contratados” (cerca de 200) que foram admitidos na época em que os grandes negócios de café corriam por Paranaguá e que não sendo associados, não fazem parte da lista do rodízio. Estes só trabalham quando falta algum associado ou quando conseguem a vez de alguém (de Cr\$ 30 a Cr\$ 100). Este recurso, conhecido como “comprar uma galinha”, foi inclusive motivo para desavenças entre associados e contratados no momento da reportagem pois os primeiros solicitaram ao repórter que omitisse este fato, temerosos de alguma consequência. Tal fato mostra até que ponto estes trabalhadores são obrigados a chegar para poder sustentar sua família: explorar o trabalho de um companheiro.

Os deputados do MDB dizem ter a solução: desconto de 5 centavos de dólar por libra peso para os exportadores de café que embarcaram sua mercadoria em Paranaguá ao invés de Santos ou ainda destinaram uma porcentagem do valor da exportação dos cereais para uma espécie de seguro para quando os portuários ficassem sem trabalho. Mas os trabalhadores não acreditam muito nisso e como eles mesmos dizem: “Isso aqui, nem aqui resolve, pois senão os rabinos tavam tudo milionário!”



## Na “Boite”, a coisa também tá feia.

“Ah, o movimento está fraco. Por causa do porto sabe? O mais engrangido. “Estamos com 4 moças trabalhando de dia e umas 10 de noite. A maioria é de fora: Santa Catarina, gaúchas Mato Grosso, Ponta Grossa. As daqui são prá fora, pra outros lugares. O nosso bar e o “FORTUNA”, somos especializados em gringo, mas agora vem só gente mais ou menos. Esse ano tá feia. Tem dia que não dá nem pra fazer o mer-

cado... Eu ainda tenho umas casas alugadas que dá prá quebrar o galho, mas é muita despesa.”

**ET: Quais as despesas?**  
“Ah tem a Delegacia, o Alvará, a Federal, a Música. E ainda o Guarda Livro, ICM, tudo

**ET: E a polícia não incomoda?**  
“A polícia é muito bacana, mas já viu, chegou no dia tem que pagar. É sagrado.”

**EM TEMPO!**